

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

População aumenta 4,7%, mas em ritmo mais lento..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo envia hoje Orçamento de 2025..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
SEGURIDADE SOCIAL

IBGE estima população do Brasil em 212,5 milhões..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Projeção de gasto não será subestimada, promete INSS..... 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

STF adia julgamento do ISS no PIS/Cofins..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Mesmo com greve, governo envia nesta sexta o Orçamento de 2025..... 12

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo Lula prepara projeto para regulamentar direito de greve no setor público..... 15

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS faz pente-fino para cancelar benefícios irregulares. O que devo fazer?..... 16

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

PL do Orçamento de 2025 deve focar em déficit zero e pente-fino no INSS..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Aprovado projeto que retira terceirizados das despesas com pessoal..... 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Reajuste de servidores custará R\$ 16 bi em 2025..... 21

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SERVIDOR PÚBLICO

Impacto de reajustes em 2025 será de R\$ 16 bi - SERVIDOR..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

IVA brasileiro será o mais alto do mundo - MERCADO S/A..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Coalização de entidades em defesa do Simples Nacional - CAPITAL S/A..... 25

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

A Reforma Tributária e as mudanças no ITCMD: progressividade e novas regras para bens no exterior - DIREITO E TRIBUTOS

.....	26
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Substituição tributária, a roupa que não nos serve mais - OPINIÃO JURÍDICA	28
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Taxação das big techs deve render R\$ 5 bi	30
VALOR ECONÔMICO - SP - SANEAMENTO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Setor privado deve investir R\$ 105 bilhões	31
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
País vai propor regras de transparência anticorrupção	33
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
G20 vê inteligência como arma contra corrupção	35
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Dólar dispara e BC anuncia venda de US\$ 1,5 bi	37
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
"Vai passar por pressão como eu passei", diz Campos sobre sucessor	39
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Haddad e Galípolo buscam nomes para mandatos no BC	40
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Regulamentação da LCD frustra bancos de menor porte	41
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS SEGURIDADE SOCIAL	
BNDES pode ter emissão em setembro	43
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Ibovespa sobe 6,6% no mês e passa a ter sinal positivo em 2024	44
VALOR ECONÔMICO - SP - SANEAMENTO ECONOMIA	
Finalizar obra deveria ser prioridade para o país, diz pesquisadora	46
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA ECONOMIA	
Dólar salta para R\$ 5,62 e Bolsa perde valor	48
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA ECONOMIA	
Mercado de olho no BC	49
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA ECONOMIA	
IGP-M avança em 0,29%	50
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	

Dólar registra a 4ª alta seguida..... 51

População aumenta 4,7%, mas em ritmo mais lento

» CAMILA CURADO

O Brasil tem, atualmente, 212.583.750 habitantes, e apresentou um crescimento de 4,7%, na comparação com o verificado no ano passado. Os dados foram divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e apontam o total de moradores de estados e municípios coletado em 12 meses, fechados em 1º de julho. Em 2023, a estimativa apresentada foi de 203.080.756 de pessoas.

Nos últimos anos, o Censo e as projeções populacionais do IBGE têm mostrado a desaceleração no crescimento da população.

Isso é reflexo da queda do número de filhos por mãe e do envelhecimento dos brasileiros em geral.

Dos 5.570 municípios, 15 concentram mais de 1 milhão de pessoas e, desta lista, 13 são capitais - os outros dois são Campinas e Guarulhos, ambos em São Paulo, e a capital maranhense, São Luís. Esse grupo de cidades detém 20,1% dos cidadãos do país, o correspondente a 1/5 da massa populacional brasileira.

Brasília continua em terceiro lugar entre os municípios mais populosos, com quase 3 milhões de pessoas, atrás de São Paulo - que segue na liderança, com aproximadamente 11,9 milhões - e do Rio de Janeiro - segundo no ranking, com cerca de 6,7 milhões.

Na outra extremidade do levantamento, estão os 26 municípios que não chegam a ter 1,5 mil habitantes - grupo que reúne 0,02% da massa populacional.

Das menores cidades do Brasil, três têm menos de mil moradores: Borá (SP), com 928; Ananguera (GO), com 921; e Serra da Saudade (MG), com 854.

Desproporção O estado de São Paulo acumula 46 milhões de pessoas, o que representa 21,6% dos brasileiros.

Essa distribuição desproporcional espelha um processo de concentração demográfica que ocorre há décadas. Já as 48 cidades acima de 500 mil habitantes concentram, juntas, mais de 30% do total de pessoas no país.

Minas Gerais é o segundo estado mais populoso (21 milhões de pessoas), mas tem uma densidade demográfica menor que São Paulo. Em seguida, vem o Rio de Janeiro, com 17 milhões.

"Ao longo de vários anos, municípios acabaram superando a marca dos 500 mil habitantes.

Embora os maiores centros urbanos não apresentem o mesmo crescimento de antes, ainda têm um forte peso demográfico", observa o gerente de Projeções e Estimativas Populacionais do IBGE, Marcio Minamiguchi.

O anúncio da nova estimativa da população brasileira é relevante para as contas públicas, pois interfere diretamente no cálculo do Fundo de Participação de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Os números também servem de parâmetro para indicadores sociais, econômicos e demográficos.

Bônus Demográfico A projeção evidencia, ainda, a tendência do fim do Bônus Demográfico - que é quando a proporção de jovens, a população economicamente ativa, é maior do que a de idosos e crianças, elevando as chances de o país elevar o **PIB**. O período do Bônus iniciou-se há cerca de 50 anos e começa a perder seus efeitos antes mesmo de 2030, quando a maior parcela da população será de idosos, o que aumenta a pressão sobre os gastos em saúde e **previdência social**.

Na semana passada, projeção feita pelo próprio IBGE apontou que a população brasileira atingirá o ápice em 2041, quando chegará a 220.425.299 habitantes.

Depois, esse número começará a cair, chegando a 199.228.708 até 2070. Isso significa que, em menos de duas décadas, o Brasil terá um crescimento negativo - o número de mortes será maior que o de nascimentos, e a população terá um envelhecimento ainda mais acelerado.

O Brasil ocupa a sétima posição na lista das nações mais populosas do planeta. Fica, inclusive, à frente das que têm as maiores extensões territoriais - como Rússia (9º) e Canadá (38º). O país está atrás de Índia, China, Estados Unidos, Indonésia, Paquistão e

Nigéria.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6367/30-08-2024.html?all=1>

Governo envia hoje Orçamento de 2025

» **ROSANA HESSEL**

Em meio a uma forte queda de braço entre servidores do Tesouro Nacional e da Controladoria-Geral da União (CGU) com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), técnicos da equipe econômica enfrentam um verdadeiro caos, nesta semana, para concluir o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025.

Por força da Constituição, o prazo para o envio do Ploa para o Congresso Nacional termina hoje, já que a data-limite prevista, 31 de agosto, cai em um sábado.

Segundo informação do Ministério do Planejamento e Orçamento, a equipe econômica conseguirá entregar a peça ainda hoje, mas à noite, em cima do laço.

Por causa do atraso, a entrevista coletiva com detalhamento da proposta só será realizada na segunda- feira.

"A elaboração do Ploa está dando bastante trabalho de última hora para as equipes. Tendo em vista o prazo legal, é possível que saia incompleto, só para cumprir essa exigência legal, para acertos posteriores", comentou ao Correio Rudinei Marques, presidente da Unacon Sindical - entidade que representa os servidores das duas categorias do Tesouro e da CGU.

Ele recorda que isso já ocorreu anteriormente. Em 2022, por exemplo, devido à operação padrão e greve do funcionalismo, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023 foi protocolado incompleto. O envio ao Congresso se deu na quinta-feira, sem a divulgação de números e cálculos previstos, pois a data-limite, 15 de abril, caía em uma sexta-feira santa. Na ocasião, o então Ministério da Economia, Paulo Guedes, só detalhou o documento aos jornalistas na segunda-feira seguinte.

Além da operação padrão de técnicos da área econômica que ajudam nos cálculos, como os do Tesouro, vários ministérios enviaram os dados bem em cima do prazo e à noite. E, como os técnicos da área de Orçamento precisam refazer todos os cálculos sempre que chega algum novo dado de um órgão ou ministério, está cada vez mais complicado concluir o documento e, ainda, submetê-lo ao Palácio do Planalto em tempo hábil.

Impasse salarial Em mais uma Assembleia-Geral

Extraordinária, os auditores e técnicos federais de finanças e controle, realizada na quarta-feira, os servidores decidiram pela manutenção da greve e operação padrão após, na véspera, o MGI solicitar para a Unacon Sindical "uma reavaliação da negativa em relação à proposta apresentada à carreira que previa reajustes de 11% a 23%". "No entanto, os servidores mantiveram sua decisão, já que consideram a proposta insuficiente. Não houve previsão de nova deliberação sobre o assunto", acrescentou a nota do sindicato.

De acordo com Marques, o impasse continua e o MGI ameaçou deixar quem não fizer acordo fora da dotação orçamentária que precisa ser enviada, o quanto antes, para o fechamento do Ploa do ano que vem. "Nós pedimos que o Regimento da Mesa de Negociação seja observado e nomeado um mediador para o impasse", afirmou.

Em um ofício enviado pelo MGI ao sindicato enviado ao Correio, a Secretaria de Relações do Trabalho "reconheceu que o diálogo transcorreu em respeito aos princípios de respeito mútuo e da boa-fé, porém lamenta a impossibilidade de alcance, neste momento, do consenso pretendido".

Contudo, o prazo-limite dado pelo órgão para o fim das negociações era às 12h de ontem, e, assim, as categorias ficariam sem acordo de reestruturação salarial.

Seremos a única carreira, de 1 milhão e 200 mil servidores, a não nos submeter à humilhação do secretário Feijóo. O processo de negociação beirou o assédio institucional. Mesmo quem fechou acordo está saindo magoado.

Em nosso caso, seguimos com a greve e com a operação padrão máxima, e vamos judicializar a entrega de mais de 500 cargos na CGU e na STN", acrescentou Marques.

Novo acordo Até ontem, o MGI havia firmado acordo com 45 categorias nas mesas de negociação específicas.

Os últimos, assinados ainda ontem, ocorreu com as entidades sindicais representantes dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e com os servidores da área de infraestrutura.

De acordo com a pasta, a reestruturação

remuneratória da Carreira do Seguro Social ocorrerá em duas etapas, a primeira em janeiro de 2025, e a segunda, em abril de 2026. Essa reestruturação prevê ampliação da tabela remuneratória, passando de 17 para 20 padrões, com cinco padrões por classe; acréscimo de três padrões na classe inicial da tabela; reajuste da remuneração de ingresso na carreira, a partir dos padrões iniciais e majoração da Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social (GDASS). Outro ponto previsto no acordo é a regulamentação do Comitê Gestor da Carreira, a partir de outubro de 2024.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6367/30-08-2024.html?all=1>

IBGE estima população do Brasil em 212,5 milhões

RENATA OKUMURA DANIELA AMORIM

A população do Brasil é estimada em 212.583.750 habitantes, conforme dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A estimativa, publicada no Diário Oficial da União, aponta o total de moradores de Estados e municípios até o dia 1.º de julho deste ano. O crescimento é de 4,7% na comparação com os dados do ano passado. Em 2023, a estimativa apresentada foi de 203.080.756 de pessoas.

Nos últimos anos, o Censo e as projeções populacionais do IBGE têm mostrado uma desaceleração do crescimento da população, reflexo da queda do número de filhos por mãe e do envelhecimento dos brasileiros em geral. Com 45.973.194 moradores estimados, São Paulo continua sendo o Estado com maior número de habitantes. Os 15 municípios brasileiros com maior população - mais de 1 milhão de pessoas - concentram 42,8 milhões de pessoas, o equivalente a 20,1% da população brasileira.

Apenas dois deles não são capitais: Guarulhos (SP), com 1,345 milhão de habitantes; e Campinas (SP), com 1,186 milhão de moradores.

FIM DO CRESCIMENTO. Na semana passada, projeção feita pelo próprio IBGE já apontou que a população brasileira atingirá seu ápice em 2041, quando chegará a 220.425.299 habitantes. Depois desse ano, o número de brasileiros começará a diminuir, chegando a 199.228.708 até 2070. Isso significa que, em menos de duas décadas, o Brasil já terá um crescimento negativo; ou seja, o número de mortes será maior que o de nascimentos e a população terá um envelhecimento ainda mais acelerado.

A projeção evidencia a tendência do fim do que os especialistas em população chamam de bônus demográfico, quando a proporção de jovens, a população economicamente ativa, é maior do que a de idosos e crianças, elevando as chances de o País elevar o **PIB**. O período de bônus demográfico se iniciou há cerca de 50 anos e já começa a perder seus efeitos antes mesmo do ano de 2030, quando a maior parcela da população já será de idosos, aumentando a pressão sobre os gastos em saúde e **previdência social**.

Menos populosa em SP

Segundo o IBGE, as três cidades paulistas com menos habitantes são:

I Uru

Com 1.419 moradores, é a 18.ª do País com menos de 1,5 mil habitantes.

I Nova Castilho

Possui 1.074 moradores.

I Borá

Tem apenas 928 moradores.

É a 3.ª cidade do País com menos de 1,5 mil habitantes.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeção de gasto não será subestimada, promete INSS

Jéssica Sant"Ana De Brasília (Colaborou Lu Aiko Otta)

A projeção que será apresentada pelo governo para as despesas previdenciárias no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 será crível e não haverá subestimação de gastos, segundo o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Alessandro Stefanutto. Essa é uma das principais preocupações dos agentes econômicos em relação à peça orçamentária, devido ao crescimento acelerado do gasto previdenciário neste ano.

"Eu entendo quando os economistas falam que o número [de 2025] vai usar como base [de partida] o gasto de 2024, que pode estar subestimado. Mas eles não olham o qualitativo, que é o trabalho de revisão que estamos fazendo", disse o presidente do **INSS** ao Valor, às vésperas do envio da peça orçamentária ao Congresso Nacional, o que deverá acontecer até sábado (31).

Conforme mostrou o Valor, o **INSS** projetou para 2025 despesas de R\$964 bilhões com benefícios previdenciários pela chamada ótica orçamentária. Essa conta não inclui sentenças judiciais e Comprev, uma compensação entre o **INSS** e os regimes próprios, valores que vão ser incluídos na peça orçamentária.

A projeção só com benefícios previdenciários representa alta de 7,3% na comparação com os R\$ 898,45 bilhões esperados para este ano, de acordo com o terceiro relatório bimestral de avaliação do Orçamento.

Mas, mesmo com a expectativa de alta, a estimativa pode estar subestimada, de acordo com especialistas, porque eles acreditam que o montante a ser gasto em 2024 será maior, o que faria com que as despesas no ano que vem também sejam maiores que as previstas pelo **INSS**.

Segundo Stefanutto, os analistas não estão colocando em suas projeções dois fenômenos: o fim do estoque de requerimentos represados, que levavam o governo a pagar diversos meses atrasados de uma só vez; e a revisão que está sendo feita nos benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).

Ele afirma que há uma tendência de estabilização do

gasto com benefícios previdenciários no segundo semestre deste ano, devido a esses dois fatores. Ele acredita que haverá somente o crescimento vegetativo (natural) do número de beneficiários e que até mesmo esse crescimento pode ser anulado com a revisão em curso.

Dados do **INSS** mostram que a despesa com benefícios em agosto foi de R\$ 67,95 bilhões, ante R\$ 68,3 bilhões gastos em julho, uma queda nominal de R\$ 350 milhões, o que tem animado técnicos da Previdência e da equipe econômica. É a primeira vez no ano que isso acontece, descontando os meses que há pagamento de 13- , o que distorce a comparação. Eles acreditam que ao menos a estabilização do gasto veio para ficar, depois de um primeiro semestre de crescimento da despesa.

Essa economia é explicada pela revisão de 258 mil auxílios-doença em julho e agosto, o que resultou na cessação de 133 mil benefícios que estavam sendo creditados a quem não tinha mais direito. A previsão é que até o fim do ano 800 mil auxílios passem pelo pente-fino.

Sobre o crescimento da concessão do auxílio-doença após a implementação do Atestmed (análise digital do atestado médico, sem passar por perícia presencial), Stefanutto afirma que acontece por alguns motivos. O principal é que o Atestmed não permite prorrogação do auxílio-doença, exigindo que a pessoa entre com novo pedido. Antes, o segurado podia pedir três prorrogações, sem que contasse como nova emissão.

A alta também seria reflexo do represamento da concessão que ocorreu no governo Bolsonaro, segundo a atual gestão, e do aumento do número de trabalhadores contribuindo para a Previdência, o que aumenta a base de potenciais beneficiários. Ainda assim, essa curva de crescimento, de acordo com o presidente do **INSS**, começa a cair a partir de agosto, com o pente-fino que está sendo feito, o que deve estabilizar também os gastos com o auxílio-doença.

A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 está bastante atrasada, informa-se nos bastidores. Porém, a intenção dos técnicos é protocolar a proposta no Congresso Nacional até a meia-noite desta sexta-feira (30). O prazo constitucional para envio da proposta é até o dia 31 de

agosto. Como o dia 31 de agosto é sábado, a equipe econômica ficou com um dia útil a menos para fechar a proposta.

"Especialistas não olham o trabalho de revisão que estamos fazendo" Alessandro Stefanutto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187971>

STF adia julgamento do ISS no PIS/Cofins

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou na última quarta-feira (28) um julgamento que pode causar um impacto de R\$ 35 bilhões em cinco anos à União, sobre a inclusão do Imposto sobre Serviços (ISS) na base de cálculo do Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (PIS/Cofins).

A sessão, no entanto, foi interrompida sem maioria dos votos e o julgamento será retomado em data ainda indefinida. Se nenhum ministro modificar votos dados anteriormente, Luiz Fux deve ser decisivo para definir o caso.

O ISS é um tributo municipal, enquanto o PIS e a Cofins são contribuições federais que financiam a **seguridade social**. O julgamento sobre o tema foi iniciado em formato virtual em 2020, e foi interrompido por um pedido de destaque (para levar o caso ao plenário físico) de Fux.

No plenário virtual, o placar era 4 a 4. Celso de Mello, Cármen Lúcia, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski votaram contra a inclusão do ISS da base do PIS/Cofins. Já Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso se manifestaram a favor.

Com o envio do caso ao plenário físico, a votação é reiniciada, e só continuam válidos os votos dos ministros aposentados - Celso de Mello, Lewandowski e Rosa Weber. Não votam os seus sucessores no Supremo, que são Kassio Nunes Marques, Cristiano Zanin e Flávio Dino.

No plenário físico, os demais ministros que já votaram no plenário virtual podem reiterar seus entendimentos ou modificar.

Na sessão do plenário de quarta-feira, Dias Toffoli reiterou o seu voto. Também se manifestaram os ministros André Mendonça (contra a inclusão ISS) e Gilmar Mendes (a favor). Em seguida, o presidente da corte, Luís Roberto Barroso, suspendeu o julgamento.

A ação é de repercussão geral, que incide em todos os processos que tratam do mesmo tema no Judiciário brasileiro.

Em julgamento similar, o STF decidiu em 2017 que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) não pode ser incluído na base de cálculo do PIS/Cofins.

O processo que serve como referência para o julgamento de quarta-feira é um recurso da Viação Alvorada, de Porto Alegre, que questiona decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que validou a incidência do ISS na base do PIS/Cofins.

Ao Supremo, a empresa argumentou que a incidência é inconstitucional, porque o tributo não integra o seu patrimônio, e citou a decisão do STF no mesmo sentido relativa ao ICMS. (José Marques/Folhapress)

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Mesmo com greve, governo envia nesta sexta o Orçamento de 2025

Rosana Hessel

+

Em meio a uma forte queda de braço entre servidores do Tesouro Nacional e da Controladoria-Geral da União (CGU) com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), técnicos da equipe econômica enfrentam um verdadeiro caos, nesta semana, para concluir o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025.

Por força da Constituição, o prazo para o envio do Ploa para o Congresso Nacional termina hoje, já que a data-limite prevista, 31 de agosto, cai em um sábado. Segundo informação do Ministério do Planejamento e Orçamento, a equipe econômica conseguirá entregar a peça ainda hoje, mas à noite, em cima do laço. Por causa do atraso, a entrevista coletiva com detalhamento da proposta só será realizada na segunda-feira.

A elaboração do Ploa está dando bastante trabalho de última hora para as equipes. Tendo em vista o prazo legal, é possível que saia incompleto, só para cumprir essa exigência legal, para acertos posteriores, comentou ao Correio Rudinei Marques, presidente da Unacon Sindical - entidade que representa os servidores das duas categorias do Tesouro e da CGU.

Ele recorda que isso já ocorreu anteriormente. Em 2022, por exemplo, devido à operação padrão e greve do funcionalismo, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023 foi protocolado incompleto. O envio ao Congresso se deu na quinta-feira, sem a divulgação de números e cálculos previstos, pois a data-limite, 15 de abril, caía em uma sexta-feira santa. Na ocasião, o então Ministério da Economia, Paulo Guedes, só detalhou o documento aos jornalistas na segunda-feira seguinte.

Além da operação padrão de técnicos da área econômica que ajudam nos cálculos, como os do Tesouro, vários ministérios enviaram os dados bem em cima do prazo e à noite. E, como os técnicos da área de Orçamento precisam refazer todos os cálculos sempre que chega algum novo dado de um órgão ou ministério, está cada vez mais complicado concluir o documento e, ainda, submetê-lo ao Palácio do Planalto em tempo hábil.

Impasse salarial

Em mais uma Assembleia-Geral Extraordinária, os auditores e técnicos federais de finanças e controle, realizada na quarta-feira, os servidores decidiram pela manutenção da greve e operação padrão após, na véspera, o MGI solicitar para a Unacon Sindical uma reavaliação da negativa em relação à proposta apresentada à carreira que previa reajustes de 11% a 23%. No entanto, os servidores mantiveram sua decisão, já que consideram a proposta insuficiente. Não houve previsão de nova deliberação sobre o assunto, acrescentou a nota do sindicato.

De acordo com Marques, o impasse continua e o MGI ameaçou deixar quem não fizer acordo fora da dotação orçamentária que precisa ser enviada, o quanto antes, para o fechamento do Ploa do ano que vem. Nós pedimos que o Regimento da Mesa de Negociação seja observado e nomeado um mediador para o impasse, afirmou.

Em um ofício enviado pelo MGI ao sindicato enviado ao Correio, a Secretaria de Relações do Trabalho reconheceu que o diálogo transcorreu em respeito aos princípios de respeito mútuo e da boa-fé, porém lamenta a impossibilidade de alcance, neste momento, do consenso pretendido. Contudo, o prazo-limite dado pelo órgão para o fim das negociações era às 12h de ontem, e, assim, as categorias ficariam sem acordo de reestruturação salarial.

Seremos a única carreira, de 1 milhão e 200 mil servidores, a não nos submeter à humilhação do secretário Feijóo. O processo de negociação beirou o assédio institucional. Mesmo quem fechou acordo está saindo magoado. Em nosso caso, seguimos com a greve e com a operação padrão máxima, e vamos judicializar a entrega de mais de 500 cargos na CGU e na STN, acrescentou Marques.

Até ontem, o MGI havia firmado acordo com 45 categorias nas mesas de negociação específicas. Os últimos, assinados ainda ontem, ocorreu com as entidades sindicais representantes dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e com os servidores da área de infraestrutura.

De acordo com a pasta, a reestruturação remuneratória da Carreira do Seguro Social ocorrerá em duas etapas, a primeira em janeiro de 2025, e a

segunda, em abril de 2026. Essa reestruturação prevê ampliação da tabela remuneratória, passando de 17 para 20 padrões, com cinco padrões por classe; acréscimo de três padrões na classe inicial da tabela; reajuste da remuneração de ingresso na carreira, a partir dos padrões iniciais e majoração da Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social (GDASS). Outro ponto previsto no acordo é a regulamentação do Comitê Gestor da Carreira, a partir de outubro de 2024.

Em meio a uma forte queda de braço entre servidores do Tesouro Nacional e da Controladoria-Geral da União (CGU) com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), técnicos da equipe econômica enfrentam um verdadeiro caos, nesta semana, para concluir o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025.

Por força da Constituição, o prazo para o envio do Ploa para o Congresso Nacional termina hoje, já que a data-limite prevista, 31 de agosto, cai em um sábado. Segundo informação do Ministério do Planejamento e Orçamento, a equipe econômica conseguirá entregar a peça ainda hoje, mas à noite, em cima do laço. Por causa do atraso, a entrevista coletiva com detalhamento da proposta só será realizada na segunda-feira.

A elaboração do Ploa está dando bastante trabalho de última hora para as equipes. Tendo em vista o prazo legal, é possível que saia incompleto, só para cumprir essa exigência legal, para acertos posteriores, comentou ao Correio Rudinei Marques, presidente da Unacon Sindical - entidade que representa os servidores das duas categorias do Tesouro e da CGU.

Ele recorda que isso já ocorreu anteriormente. Em 2022, por exemplo, devido à operação padrão e greve do funcionalismo, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023 foi protocolado incompleto. O envio ao Congresso se deu na quinta-feira, sem a divulgação de números e cálculos previstos, pois a data-limite, 15 de abril, caía em uma sexta-feira santa. Na ocasião, o então Ministério da Economia, Paulo Guedes, só detalhou o documento aos jornalistas na segunda-feira seguinte.

Além da operação padrão de técnicos da área econômica que ajudam nos cálculos, como os do Tesouro, vários ministérios enviaram os dados bem em cima do prazo e à noite. E, como os técnicos da área de Orçamento precisam refazer todos os cálculos sempre que chega algum novo dado de um órgão ou ministério, está cada vez mais complicado concluir o documento e, ainda, submetê-lo ao Palácio do Planalto em tempo hábil.

Impasse salarial

Em mais uma Assembleia-Geral Extraordinária, os auditores e técnicos federais de finanças e controle, realizada na quarta-feira, os servidores decidiram pela manutenção da greve e operação padrão após, na véspera, o MGI solicitar para a Unacon Sindical uma reavaliação da negativa em relação à proposta apresentada à carreira que previa reajustes de 11% a 23%. No entanto, os servidores mantiveram sua decisão, já que consideram a proposta insuficiente. Não houve previsão de nova deliberação sobre o assunto, acrescentou a nota do sindicato.

De acordo com Marques, o impasse continua e o MGI ameaçou deixar quem não fizer acordo fora da dotação orçamentária que precisa ser enviada, o quanto antes, para o fechamento do Ploa do ano que vem. Nós pedimos que o Regimento da Mesa de Negociação seja observado e nomeado um mediador para o impasse, afirmou.

Em um ofício enviado pelo MGI ao sindicato enviado ao Correio, a Secretaria de Relações do Trabalho reconheceu que o diálogo transcorreu em respeito aos princípios de respeito mútuo e da boa-fé, porém lamenta a impossibilidade de alcance, neste momento, do consenso pretendido. Contudo, o prazo-limite dado pelo órgão para o fim das negociações era às 12h de ontem, e, assim, as categorias ficariam sem acordo de reestruturação salarial.

Seremos a única carreira, de 1 milhão e 200 mil servidores, a não nos submeter à humilhação do secretário Feijó. O processo de negociação beirou o assédio institucional. Mesmo quem fechou acordo está saindo magoado. Em nosso caso, seguimos com a greve e com a operação padrão máxima, e vamos judicializar a entrega de mais de 500 cargos na CGU e na STN, acrescentou Marques.

Até ontem, o MGI havia firmado acordo com 45 categorias nas mesas de negociação específicas. Os últimos, assinados ainda ontem, ocorreu com as entidades sindicais representantes dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e com os servidores da área de infraestrutura.

De acordo com a pasta, a reestruturação remuneratória da Carreira do Seguro Social ocorrerá em duas etapas, a primeira em janeiro de 2025, e a segunda, em abril de 2026. Essa reestruturação prevê ampliação da tabela remuneratória, passando de 17 para 20 padrões, com cinco padrões por classe; acréscimo de três padrões na classe inicial da tabela; reajuste da remuneração de ingresso na carreira, a partir dos padrões iniciais e majoração da Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social

(GDASS). Outro ponto previsto no acordo é a regulamentação do Comitê Gestor da Carreira, a partir de outubro de 2024.

Site:

<https://www.correio braziliense.com.br/economia/2024/08/6931086-mesmo-com-greve-governo-envia-nesta-sexta-o-orcamento-de-2025.html>

Governo Lula prepara projeto para regulamentar direito de greve no setor público

O governo Lula prepara um projeto para regulamentar a greve no setor público, abrangendo as três esferas (União, estados e municípios). Até hoje, não há regras específicas para movimentos de paralisação de funcionários públicos. O secretário de Relações do Trabalho do Ministério de Gestão e Inovação (MGI), José Lopez Feijóo, disse que a proposta prevê em linhas gerais o direito à greve e à negociação salarial. Caberá aos estados e prefeituras definirem regras específicas.

Segundo Feijóo, o grupo de trabalho criado para tratar do tema já fechou um texto, que está sendo discutido entre as áreas de governo envolvidas. O plano é enviar o texto ao Congresso ainda este ano.

Algumas categorias, como militares, continuarão proibidos de fazer greve.

Atualmente, não há uma regulamentação sobre greve no serviço público. Para assegurar um efetivo mínimo nas atividades consideradas essenciais e evitar prejudicar a população, a Justiça, quando acionada pelo poder público, aplica a interpretação das regras de paralisações de trabalhadores do setor privado.

Na prática, o governo passará a adotar as diretrizes previstas na Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre direito de sindicalização e relações de trabalho na administração pública. O Brasil é signatário da convenção, mas ainda não a regulamentou.

Feijóo explicou que a proposta vai estabelecer uma espécie de data-base para os **servidores públicos**, como existe no setor privado: uma data em que empregadores e trabalhadores são obrigados a se encontrar para discutir aumento salarial. As negociações terão que ser fechadas nos meses de julho e no limite, em agosto, antes do envio da proposta de Orçamento da União ao Congresso.

- Hoje os servidores não têm garantia de negociação. Então ficam à mercê do governo de plantão - disse Feijóo.

Em contrapartida, destacou, será autorizado desconto

dos dias parados e mecanismo de compensação, além da obrigatoriedade de manter efetivos mínimos em atividades essenciais.

Na avaliação de integrantes da equipe econômica e de especialistas, a tendência é que as paralisações e greves de servidores voltem a crescer na gestão petista. E por isso, regulamentar a regulamentação seria um passo importante, disse Rodrigo Linhares, responsável pelo departamento de greve do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

- A regulamentação da greve no funcionalismo nunca avançou - disse Linhares, acrescentando que algumas categorias como da educação e saúde têm mais facilidade de mobilização e as greves tendem a ser mais extensas.

Um dos problemas para greve por longo período no serviço público é que, diferentemente, do setor privado, a disputa não é arbitrada pela Justiça trabalhista. Isso não vai mudar com a regulamentação porque caberá aos Legislativos darem a palavra final, explicou Feijóo.

O governo Lula tem enfrentado greves desde que voltou ao governo.

Foram 14 greves do primeiro ano do seu terceiro mandato, como professores de universidades federais, servidores da Saúde, da Funasa, da Funai e da Agência Nacional de Mineração. Em 2024, as paralisações se intensificaram com a adesão de funcionários do Banco Central, dos professores e técnicos de universidades, funcionários do Ibama e do **INSS**.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/30/governo-lula-prepara-projeto-para-regulamentar-direito-de-grevo-no-setor-publico.ghtml>

INSS faz pente-fino para cancelar benefícios irregulares. O que devo fazer?

Iara Siqueira

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) está convocando, desde o dia 1º de agosto, pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou o Benefício por Incapacidade Temporária (auxílio-doença) para atualizarem seus cadastros ou se inscreverem no Cadastro Único (CadÚnico). A medida faz parte da revisão e apuração de irregularidade nos pagamentos por incapacidade, explica a pasta no site oficial do Ministério da **Previdência Social**.

O BCP é concedido pelo **INSS** a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social. O BPC garante um salário mínimo por mês ao idoso com mais de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade, mesmo que não tenha contribuído para a **Previdência Social**, desde que atenda critérios de renda familiar, onde o valor por pessoa deve ser abaixo de um quarto do salário mínimo.

Já o auxílio-doença, ou Benefício por Incapacidade Temporária, é oferecido a pessoas que estão incapacitadas a trabalhar no momento . É para pessoas que comprovem por meio de perícia médica estarem incapazes para o trabalho ou atividade habitual de forma temporária, por mais de 15 dias seguidos.

O **INSS** irá se comunicar com quem precisa de atenção. O **INSS** se comunica com os beneficiários por meio de **SMS**, notificação pelo app "Meu **INSS**", ligação telefônica, carta com aviso de recebimento pelos correios, rede bancária (no extrato de pagamento), ou ligação da central de atendimento.

Neste primeiro momento serão chamadas 505 mil pessoas para fazerem a inscrição . O total, no entanto, chegará a 1,25 milhão de pessoas, conforme informações do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) - que é o gestor do BPC.

Em outro momento, serão chamados os os beneficiários que não fazem atualização cadastral há mais de 48 meses. Também serão chamados os que estiverem com a renda familiar superior ao critério exigido.

Todas essas revisões passarão, primeiro, por uma

checagem de dados. As que tiverem indício de irregularidade serão chamadas a comparecer no **INSS**.

As pessoas devem se dirigir ao Cras da cidade. Os beneficiados pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) que não têm inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal, estão recebendo notificações desde 1º de agosto para que façam seu cadastro no Centro de Referência e Assistência Social (Cras) da sua cidade.

Não é preciso ir ao Cras se não for notificado.

Não é necessário ir ao **INSS**. Os lotes de revisão serão atualizados constantemente e podem ser consultados pelo aplicativo ou site Meu **INSS**. Não é preciso digitar senha ou ter login para ter acesso, pois ícone "revisão de BPC" está disponível na tela principal. Basta digitar o CPF que o aviso confirmando ou negando que seu nome esteja nesse lote aparece.

Quem receber o chamado do **INSS** tem um prazo de 30 dias para apresentar documentos pessoais. Entre os documentos exigidos, estão a identidade, CPF, laudos e exames médicos e se tiver, receitas de medicação de uso contínuo que tenham a ver com a doença incapacitante.

O agendamento da perícia médica pode ser feito pelo site ou aplicativo Meu **INSS**, ou ainda pela Central de Atendimento do 135.

Se o beneficiário notificado não for ao Cras, o pagamento será bloqueado em 30 dias a contar do envio da notificação. O beneficiário poderá realizar a inclusão ou atualização no Cadastro Único até o final do prazo de suspensão, sem que haja prejuízo no pagamento do benefício.

No entanto, o beneficiário poderá solicitar ao **INSS** a reativação de seu benefício. Issocaso tenha realizado a inscrição ou atualização no Cadastro Único até o fim do prazo de suspensão. O cidadão poderá entrar com recurso para contestar decisão dada pelo **INSS** em um processo administrativo.

As regras para o cadastro no **INSS** e CadÚnico também mudara. A partir de agora, conforme as regras recém-publicadas pelo governo federal, aqueles que recebem o BPC e não estão inscritos no Cadastro

Único (CadÚnico) ou não atualizaram o cadastro no **INSS** nos últimos quatro anos terão que fazer a atualização de dados. O prazo é em 45 dias, se morar em uma cidade de até 50 mil habitantes, ou em 90 dias, se morar em cidades maiores. A partir de setembro, para proteger a segurança dos usuários, os cadastros dos beneficiários irão incluir biometria.

O **INSS** reforça alguns cuidados para não cair em golpes, ou dar informações e documentos para falsários que dizem ser da previdência. Em caso de ligação, o número que aparecerá na tela do celular ou no identificador de chamada é o (11) 2135-0135. Se outro número aparecer e a pessoa dizer que é do **INSS**, desligue. Se você tiver alguma dúvida, ligue para a Central 135 e confirme se foi mesmo o **INSS** que entrou em contato com você.

O **INSS** não pedirá dados, número do CPF nem biometria facial para os beneficiários do BPC. Também não é preciso digitar senha ou ter login para ter acesso, pois o ícone "revisão de BPC" está disponível na tela principal. Basta digitar o CPF que o aviso confirmando ou negando que seu nome está nesse lote irá aparecer.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/08/30/inss-faz-pente-fino-no-bpc-preciso-atualizar-o-cadastro.htm>

PL do Orçamento de 2025 deve focar em déficit zero e pente-fino no INSS

Alexandre Novais Garcia

Termina nesta sexta-feira (30) o prazo para a equipe econômica do governo federal entregar ao Congresso a proposta de Orçamento para 2025. O material a ser enviado ao Legislativo tem a missão de reduzir as despesas públicas, para cumprir a promessa de zerar o déficit primário no próximo ano. Entre os ajustes de gastos, estão um pente-fino nos benefícios previdenciários e no Bolsa Família.

Governo deve entregar o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) ao Congresso. A apresentação do documento deve ocorrer nesta sexta-feira, já que o prazo limite determinado pela Constituição para o envio é o dia 31 de agosto. A proposta irá destacar as formas de arrecadação previstas para compensar as perspectivas de gastos públicos.

Proposta tem o compromisso de zerar o déficit público federal em 2025. As normas determinadas pelo arcabouço fiscal obrigam o governo a trazer despesas e receitas equivalentes a partir do próximo ano. "Será importante acompanhar se outras medidas arrecadatórias terão que ser adotadas para zerar o déficit", aponta Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do Asa Investments.

Evolução das despesas obrigatórias do governo é uma das preocupações. "O crescimento das despesas obrigatórias é o elemento que dificulta tudo", diz José Ronaldo de Castro, professor de economia do Ibmecc-RJ.

Um dos aumentos essenciais de gastos envolve o salário mínimo, que deve ser reajustado acima da **inflação** por determinação do presidente Lula. A **variação** é a base também para os pagamentos das aposentadorias e pensões, do seguro-desemprego, do abono salarial e outras despesas previdenciárias.

Recomposição das receitas terá papel determinante no texto apresentado. Para o cumprimento da meta de responsabilidade fiscal, a equipe econômica deve apresentar alternativas para compensar a redução das receitas extraordinárias. As entradas foram essenciais para arcar com os gastos obrigatórios neste ano. "A proposta a ser apresentada carrega os desafios estruturais de uma despesa pública estruturalmente elevada, sem receitas recorrentes para cobri-las",

declara Bittencourt.

Haddad avalia que a proposta de Orçamento para 2025 está "mais ajustada". Durante apresentação na conferência anual do Santander, o ministro da Fazenda afirmou que o desenho da peça orçamentária deste ano foi construída de maneira mais confortável do que a apresentada no ano passado. "O meu feeling é de que ela está bastante mais ajustada ao que eu penso que vai acontecer com a economia brasileira", declarou Haddad.

PLOA para 2024 tinha otimismo em excesso com as receitas extraordinárias. "A peça orçamentária do ano passado, na minha opinião, subestimava receitas ordinárias e superestimava receitas extraordinárias", reconheceu Haddad, ao dizer estar mais tranquilo com o documento a ser levado ao Legislativo.

Fim da desoneração da folha de pagamento é determinante para o governo. Também lado das despesas, o governo aposta no alívio gerado pelo início da reoneração gradual dos salários de trabalhadores de 17 setores da economia e das cidades com até 156 mil habitantes. A perda com a isenção fiscal é estimada em cerca de R\$ 9,4 bilhões todos os anos. Na transição, serão cobradas alíquotas de 5% sobre as folhas no ano que vem. Em 2026 o valor sobe para 10% e, em 2027, alcança os 20%, marcando o fim da desoneração.

Desaceleração do crescimento econômico pode ameaçar planos do governo. As contas públicas contam com o apoio da alta do **PIB** (Produto Interno Bruto) neste ano, fator determinante para os volumes recorde de arrecadação. "Acho difícil que a gente tenha um crescimento acima de 2% no ano que vem. Isso impacta tanto a receita esperada quanto o indicador de dívida como proporção do **PIB**", afirma Castro.

Ministério do Planejamento antecipou a reavaliação dos gastos previdenciários. A informação divulgada na última quarta-feira (28) estima o corte de R\$ 25,9 bilhões com a revisão de pagamentos do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e do **BPC** (Benefício de Prestação Continuadas), pago a idosos e pessoas com deficiência de qualquer idade.

Principal revisão, de R\$ 19,9 bilhões, vai atingir o

campo das despesas. O montante atinge diretamente o BPC, com R\$ 6,4 bilhões, e o **INSS**, com R\$ 7,3 bilhões. Há ainda R\$ 3,2 bilhões estimados pela revisão do benefício por incapacidade, popularmente conhecidos como auxílio-doença, R\$ 1,9 bilhão com medidas do Proagro e R\$ 1,1 bilhão com o Seguro Defeso.

Pagamentos do Bolsa Família também devem entrar no pente-fino do governo. O Ministério do Desenvolvimento Social revelou, em agosto, que o valor reservado para a execução do programa assistencial será o mesmo de 2023. Caso seja confirmada, o valor destinado para o Bolsa Família será de R\$ 166,3 bilhões, valor R\$ 2,3 bilhões menor do que os R\$ 166,3 bilhões projetados para este ano.

Foco das revisões é inibir o volume de fraudes e recebimentos inadequados. O ministro Fernando Haddad avalia que a fiscalização garante "robustez" aos programas. Para Castro, as estimativas de economia com o pente-fino buscam a abertura de espaço para despesas discricionárias, aquelas não obrigatórias e referentes ao custeio da máquina pública. "Esse é um caminho para poder elaborar o Orçamento. Sem isso, ficaria um projeto que tornaria inviável a manutenção do governo", analisa.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/08/30/orcamento-2025.htm>

Aprovado projeto que retira terceirizados das despesas com pessoal

VICTORIA ABEL BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira um projeto que muda regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e afrouxa regras de gastos com pessoal.

A proposta prevê que contratações terceirizadas de pessoal, incluindo de organizações sociais que administram equipamentos públicos, não entram no limite de despesas com funcionários públicos.

O texto segue para o Senado.

O projeto cria uma nova categoria de gastos, chamada de "Outras Despesas de Pessoal", na qual se enquadrariam os contratos terceirizados. O texto foi aprovado por 370 votos favoráveis e 15 contrários e deve beneficiar União, estados e municípios, já que essas regras são transversais.

A LRF prevê hoje que a despesa total com pessoal, por ano, não pode exceder 50% da receita corrente líquida da União, 60% da receita corrente líquida dos estados e 60% da receita corrente líquida dos municípios.

O projeto, portanto, tira despesas com terceirizados desse limite.

O texto do projeto aprovado afirma que serão consideradas na nova categoria de pessoal as contratações que "caracterizem fomento público de atividades do terceiro setor por meio de subvenções sociais; nos casos de contratação de empresas, de organizações sociais, de organizações da sociedade civil, de cooperativas ou de consórcios públicos, quando fique caracterizada prestação de serviços".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reajuste de servidores custará R\$ 16 bi em 2025

GERALDA DOCA BRASÍLIA

As vésperas do envio da proposta de Orçamento de 2025 ao Congresso Nacional, o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) já fechou 39 acordos de aumento salarial para os **servidores públicos**, após paralisações de várias categorias. O último foi assinado na noite de ontem, com analistas de infraestrutura.

Segundo projeções da equipe econômica, o impacto estimado dos acordos será de R\$ 16 bilhões em 2025 e R\$ 11 bilhões em 2026. O maior peso, de R\$ 10 bilhões, é decorrente do reajuste salarial dos professores federais, que representam um terço do quadro dos servidores. O aumento foi concedido após uma greve que durou quase 70 dias.

Entre as maiores carreiras, ficaram de fora os servidores do Tesouro Nacional e da Controladoria-Geral da União (CGU). Eles não aceitaram a proposta do governo.

Segundo o secretário de Relações do Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, os reajustes salariais variam entre as carreiras, mas, em média, o aumento será de 28% em quatro anos, até 2026. Também houve reajuste de benefícios, como vale-alimentação. O percentual considera o reajuste linear de 9% concedido em 2023. Com reajustes nos auxílios alimentação, creche e saúde, em maio deste ano, o aumento vai a 31% até 2026.

-Os acordos que estamos fazendo significam que, neste mandato do presidente Lula, os servidores não terão perdas inflacionárias. A **inflação** será reposta, inclusive uma parte de outros governos - afirmou Feijóo ao GLOBO.

O MGI finaliza um projeto para ser enviado ao Congresso com todos os reajustes.

Neste ano, a previsão do governo é que os gastos com pessoal e encargos sociais atinjam R\$ 373,7 bilhões.

Apesar dos aumentos, técnicos do MGI afirmam que o gasto da folha do Executivo, que representava 2,68% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022, baixou para 2,61% em 2023 e 2,48% em 2024. Para 2025, a

projeção é de 2,59% do **PIB**. A explicação é que o crescimento da economia supera a alta de gastos.

ALONGAMENTO DE CARREIRAS

Em 2024 não houve reajuste para o funcionalismo. Categorias como servidores do Banco Central e professores fizeram movimentos de paralisação. Nas mesas de negociação salarial, o MGI conseguiu fechar com os sindicatos um alongamento de carreira para os novos servidores. Na prática, o salário de entrada ficará menor em relação à remuneração no topo da carreira, que será atingida mais tarde. Especialistas apontam a rápida progressão de carreiras, com salário inicial muito próximo do salário final, como um dos problemas do setor público.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Impacto de reajustes em 2025 será de R\$ 16 bi - SERVIDOR

Gustavo Silva

Após paralisações de várias categorias, o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) já fechou 39 acordos de aumento salarial para os **servidores públicos**. O último deles seria assinado ontem à noite, com analistas de infraestrutura. Isso acontece às vésperas do envio da proposta de Orçamento de 2025 ao Congresso Nacional.

Segundo projeções da equipe econômica, o impacto estimado dos acordos será de R\$ 16 bilhões em 2025 e R\$ 11 bilhões em 2026. O maior peso, de R\$ 10 bilhões, é decorrente do reajuste salarial dos professores federais, que representam um terço do quadro dos servidores. O aumento foi concedido após uma greve por quase 70 dias.

Entre as maiores carreiras, ficaram de fora os servidores do Tesouro Nacional e Controladoria-Geral da União (CGU). Eles não aceitaram a proposta do governo.

Servidor com deficiência não precisará renovar laudo anual

Servidores do Judiciário e magistrados com deficiência permanente ou que tenham filhos nessa condição não precisarão mais comprovar a situação anualmente. Por unanimidade, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a dispensa da renovação anual de laudo médico.

A decisão altera a Resolução CNJ n. 343/2020, que instituiu condições especiais de trabalho para pessoas com deficiência, necessidades especiais ou doença grave nos tribunais ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessas condições. O laudo é necessário para a concessão de regime de trabalho especial.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

IVA brasileiro será o mais alto do mundo - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Apesar de a **reforma tributária** ser bem-vinda, ela será insuficiente para eliminar o nó fiscal do país.

Uma estimativa feita pelo Ministério da Fazenda aponta que a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), novo tributo sobre bens e serviços, será de 27,97% após as intermináveis alterações e exceções que foram incorporadoras pelo Congresso ao projeto original. Para se ter ideia, a primeira versão da reforma, apresentada no ano passado, apontava que o IVA ficaria no intervalo entre 20,73% e 22,02%. O número atual coloca o tributo brasileiro como o mais alto entre 124 países que adotam o mesmo modelo de imposto sobre o consumo, segundo dados apurados pela consultoria PwC. Nosso IVA ultrapassa a Hungria (IVA de 27%) e Croácia (25%). Vale lembrar que a reforma prevê um período de transição que se estende até 2033, sendo que a alíquota definitiva deverá ser adotada a partir daquele ano.

Embraer contabiliza US\$ 21 bilhões em pedidos A Embraer está pronta para decolar. Em apresentação feita ontem na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, o presidente da empresa, Francisco Gomes Neto, lembrou que a carteira de pedidos da fabricante brasileira de aeronaves superou a marca de US\$ 21 bilhões, o que assegura pelo menos três anos de produção sem turbulências. "E temos ainda várias campanhas de vendas em andamento", disse o executivo. "Os próximos quatro a cinco anos vão ser muito bons para a nossa companhia."

Na mira de Alexandre de Moraes, X tem instabilidade no Brasil A rede social X, ex-Twitter, vive dias movimentados. Enquanto o dono da plataforma, o bilionário Elon Musk, publicava conteúdos com críticas ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, o X enfrentava instabilidades no Brasil. Segundo a Downtetector, ferramenta que acompanha o funcionamento de sites pelo mundo, em 30 minutos os relatos de problemas de conexão somaram quase 2,5 mil na tarde de ontem. Para efeito de comparação, em dias normais são apenas duas queixas por hora.

Juros do rotativo atingem maior patamar do ano Não quitou a fatura cartão de crédito? É bom tomar cuidado, porque os juros do rotativo estão subindo.

Segundo o Banco Central, as taxas cobradas pelas instituições financeiras chegaram a 432,3% ao ano em julho, o que significou um avanço de 3,6 pontos percentuais em relação ao mês anterior. Trata-se do maior patamar de 2024. O crédito rotativo, o mais caro disponível no mercado, é aquele tomado pelo consumidor nas ocasiões em que paga menos do que o valor total da fatura do cartão.

R\$ 25 BILHÕES é quanto custará a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3, segundo estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

"Esse juiz tem repetidamente quebrado as leis que jurou defender" Elon Musk, dono do X (ex-Twitter), após ser intimado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a indicar quem é o representante legal da empresa no Brasil

RAPIDINHAS

» A Atlantica, segunda maior operadora de hotéis do mercado brasileiro, deverá encerrar 2024 com 22 estabelecimentos inaugurados. A empresa vive bom momento, estimulada pela retomada do setor do turismo.

Sua projeção é faturar R\$ 2,65 bilhões no ano - se confirmado, o número representará um avanço de 16% em comparação com 2023.

» A Petrobras vai investir em melhorias digitais. Segundo a petrolífera, a ideia é desembolsar cerca de R\$ 500 milhões em cinco novos supercomputadores que possuem capacidade de processamento de dados equivalente a 10 milhões de celulares e 200 mil notebooks.

A multinacional chinesa Lenovo será a fornecedora dos equipamentos.

» A Dexco, maior produtora de louças e metais sanitários do Brasil, deixará de atuar no segmento de chuveiros e torneiras elétricas para focar em áreas mais rentáveis. Seu ingresso no ramo ocorreu em 2012, quando comprou a indústria Thermosystem. Pouco tempo depois, chegou a assumir a vice-liderança desse mercado.

» A empresa mineira de defensivos agrícolas Vitales assinou uma parceria com a companhia americana de biotecnologia Ginko Bioworks para o desenvolvimento conjunto de novos bioinsumos. O setor está em alta. Na safra 2023/24, o mercado de bioinsumos movimentou R\$ 5 bilhões no Brasil, uma avanço de 15% versus o período anterior.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6367/30-08-2024.html?all=1>

Coalização de entidades em defesa do Simples Nacional - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

Uma mobilização reúne entidades representativas ligadas às micro e pequenas empresas em defesa do Simples. O grupo divulgou manifesto de preocupação com os efeitos que o Projeto de Lei Complementar 68/2024, que regulamenta a **reforma tributária**, trará ao regime tributário especial. O projeto propõe mudanças na apropriação de crédito tributário, uma das principais compensações para as empresas que adquirem produtos e serviços. O grupo de 16 entidades faz um apelo aos parlamentares do Congresso Nacional para que atendam as sugestões apresentadas para não prejudicar os pequenos negócios. Entre as que assinaram o manifesto estão CNDL, ABAD, ABraS e CACB.

Entre a cruz e a espada

"Na prática, a redação coloca o pequeno empresário entre a cruz e a espada: ou ele se mantém no Simples, paga a alíquota unificada reduzida e repassa um crédito menor do que o que será repassado pelas empresas concorrentes fora do regime - e assim perde competitividade -; ou ele adota o regime fiscal híbrido, passando a fazer o recolhimento do IBS e CBS separadamente e arca com o custo do cumprimento de mais obrigações acessórias de ambos os regimes tributários, o que tornaria a operação inviável para a maioria dos pequenos negócios", aponta o manifesto.

Hoje, o Simples Nacional abriga mais de: 20 MILHÕES de micro e pequenas empresas, 92% dos empreendimentos nacionais e 70% dos empregos do país

Alimentação dentro do lar mais barata O consumo nos lares brasileiros acumula alta de 2,39% de janeiro a julho, de acordo com o monitoramento mensal da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS. Para o ano, o setor projeta um crescimento de 2,5%. De acordo com o IBGE, em julho, o preço da alimentação em domicílio caiu 1,51%, após altas consecutivas desde janeiro. Em contrapartida, a alimentação fora do domicílio subiu 0,39%.

Preço da cesta cai nas cinco regiões O AbrasMercado - indicador que mede a variação de preços da cesta composta por 35 produtos de largo consumo, entre eles alimentos, bebidas, carnes, produtos de limpeza,

itens de higiene e beleza - registrou queda de 1,27% em julho. Os preços da cesta passaram de R\$ 752,11 para R\$ 742,60, na média nacional. No mês, os preços caíram nas cinco regiões do país.

Sindivarejista/DF no debate da **reforma tributária** A diretoria do Sindicato do Comércio Varejista do DF (Sindivarejista) reuniu-se, ontem, como senador Izalci Lucas (PL-DF) para tratar de temas de interesse da economia local e da **reforma tributária**. Um dos assuntos debatidos foi a preocupação do setor com a possibilidade de se passar a tributar os sindicatos patronais e associações que hoje são isentas. O presidente do Sindivarejista, Sebastião Abritta (na foto com o parlamentar), afirmou que a sugestão é que os sindicatos patronais sejam iguais aos sindicatos laborais, que são isentos. "Uma grande preocupação nossa também é a questão do Simples Nacional, como realmente mudará no regime. O varejo é composto de 70% de pequenas empresas", disse Abritta.

Noite de autógrafa O jornalista Marcelo Tognozzi lançou na terça-feira, em Brasília, seu novo livro: Ninguém Segura Este Monstro - Manipular, Mentir Polarizar. Compareceram à noite de autógrafos autoridades como o ministro da Defesa, José Múcio, e os ex-procuradores-gerais Augusto Aras e Raquel Dodge. O lançamento foi realizado em evento na Livraria da Vila, no Brasília Shopping, às 18h.

Curso do Senac para pessoas com deficiência e contratação imediata por empresas Em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Secretaria da Pessoa com Deficiência do DF, o Atacadão Dia a Dia e o Senac/ DF realizam um projeto-piloto para formação gratuita desse público, oferecendo curso de qualificação para repositor de mercadorias. A aula inaugural será na próxima segunda-feira, às 14h, no Dia a Dia de Ceilândia Sul. Todos os formandos serão contratados pela empresa. "Esse curso representa um passo importante para a inclusão social e para a criação de oportunidades reais no mercado de trabalho", afirma o diretor regional do Senac-DF, Vitor Corrêa.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6367/30-08-2024.html?all=1>

A Reforma Tributária e as mudanças no ITCMD: progressividade e novas regras para bens no exterior - DIREITO E TRIBUTOS

DIREITO E TRIBUTOS

A **reforma tributária** aprovada em dezembro de 2023 trouxe diversas mudanças no cenário fiscal brasileiro, e entre os **tributos** impactados está o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD). Uma das alterações mais significativas envolve a obrigatoriedade da progressividade na cobrança desse imposto, além de novas regras para doações e transmissões envolvendo bens e doadores localizados no exterior.

Antes da reforma, a aplicação de alíquotas progressivas no ITCMD não era obrigatória. Alguns estados e o Distrito Federal já adotavam a progressividade como forma de tributar o imposto de acordo com o valor do bem transmitido, enquanto outros optavam por alíquotas fixas. Com a reforma, essa flexibilidade foi eliminada.

Agora, todos os estados e o Distrito Federal são obrigados a estabelecer alíquotas progressivas para o ITCMD, levando em consideração o valor do bem transmitido ou doado. A nova regra estabelece que a alíquota máxima para o ITCMD será de 8%. Isso significa que os estados deverão escalonar as alíquotas, conforme o valor do bem, dentro desse limite. Estados como o Rio de Janeiro já utilizam a progressividade, com variações de alíquotas que vão de 4% a 8%, dependendo do valor do bem transmitido.

Por outro lado, estados como São Paulo, que ainda aplicam uma alíquota fixa de 4% para todos os valores, agora terão que adequar sua legislação à exigência de progressividade. Essa mudança na obrigatoriedade da progressividade do ITCMD pode gerar impactos importantes. Em estados onde a alíquota era fixa, como São Paulo, é provável que haja um aumento no planejamento sucessório e na realização de doações, à medida que os contribuintes busquem minimizar o impacto do aumento progressivo das alíquotas.

Outra mudança importante trazida pela **reforma tributária** diz respeito à incidência do ITCMD sobre doações e transmissões causa mortis em que o doador, o beneficiário ou os bens envolvidos estejam

no exterior. Antes, a cobrança do imposto nessas situações não era uniforme, e havia uma certa insegurança jurídica sobre a competência dos estados para tributar essas operações. Com a reforma, foram estabelecidas novas diretrizes para a cobrança do ITCMD em situações internacionais.

Agora, se o doador tiver domicílio ou residência no exterior, o imposto será cobrado pelo estado onde o herdeiro ou beneficiário tiver domicílio. Se o beneficiário também estiver domiciliado ou residindo no exterior, a cobrança será realizada no estado onde o bem estiver localizado. No caso de bens localizados no exterior, a **reforma tributária** estabelece que a cobrança do ITCMD será feita no estado onde o doador ou falecido era domiciliado no Brasil.

Se o doador ou falecido não tiver domicílio no Brasil, o imposto será cobrado pelo estado onde o herdeiro ou beneficiário tiver residência ou domicílio. Essas novas regras visam garantir a arrecadação do ITCMD em situações que envolvem bens ou doadores no exterior, evitando possíveis lacunas na tributação e combatendo estratégias que visam a elisão fiscal internacional.

No entanto, essas mudanças também podem aumentar a complexidade na apuração do imposto, especialmente em casos envolvendo múltiplos domicílios e diferentes jurisdições, o que exigirá maior atenção por parte dos contribuintes e seus assessores jurídicos e tributários. A **reforma tributária** trouxe mudanças importantes para o ITCMD, impactando tanto as regras de progressividade quanto as operações internacionais.

A obrigatoriedade da progressividade torna o sistema mais justo ao vincular a alíquota ao valor do bem transmitido, mas também impõe desafios aos estados que não adotavam essa prática e aos contribuintes que precisarão lidar com a variação das alíquotas. Em um contexto de transição e adaptação às novas regras, é crucial que os contribuintes fiquem atentos às mudanças nas legislações estaduais e às particularidades que cada estado implementará no ITCMD. Planejamento tributário e sucessório bem estruturado será essencial para minimizar impactos e

garantir que os **tributos** sejam apurados corretamente, respeitando as novas disposições legais.

A nova regra estabelece que a alíquota máxima para o ITCMD será da ordem de 8%

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_A040B99DA277E6955F2B4CCA6AE7DC34C97951D3BE8CBE543E9D9560BD318F007F9DB0D5FA921785397722590548FDE3B801C89272E9B1222CF3BEB0DFED525D85F3979A98B868710A6F1F712CCBE1AE9AFA5469A5B55E813F547B0C4AAD9053E400EDA840C67301B3A3791EDE278C21B8C7D0DC9B3A8B47D4D80

Substituição tributária, a roupa que não nos serve mais - OPINIÃO JURÍDICA

Caio Cesar Braga Ruotolo

Nada mais propício em tempos de **reforma tributária**, lembrarmos célebre canção "Velha roupa colorida", que em certo trecho diz que "o passado é uma roupa que não nos serve mais". Tal letra, paradoxalmente, não poderia ser mais atual quando estamos falando de **reforma tributária** e o admirável mundo novo que será inaugurado com a instituição do IBS e da CBS.

A Emenda Constitucional (EC) n° 132/23, instaurou um novo conceito de tributação do consumo no Brasil. Não é perfeita, como tudo nessa vida, porém coloca o país dentre as democracias tributárias mais avançadas em termos de IVA, buscando simplicidade, segurança jurídica, não cumulatividade plena, neutralidade, incidência no destino e fim da guerra fiscal, dentre outros princípios almejados pelo texto constitucional alterado.

Diante dessa nova roupagem do sistema tributário do consumo, com a instituição do IBS e da CBS, ambos ainda em discussão no Senado Federal (PLP 68/24) e na Câmara dos Deputados (PLP 108/24), não cabe mais falar na famigerada substituição tributária, muito praticada pelos Estados no âmbito do ICMS, tributo que será, finalmente, defenestrado.

A substituição tributária mais utilizada, para frente, em relação às operações subsequentes, caracteriza-se pela atribuição a determinado contribuinte (normalmente o primeiro na cadeia de comercialização, o fabricante ou importador) pelo pagamento do valor do ICMS incidente nas subsequentes operações com a mercadoria, até sua saída destinada a consumidor ou usuário final. Tal sistemática de recolhimento foi criada no âmbito do ICMS com a suposta finalidade de melhorar a fiscalização e reduzir a sonegação em relação a determinados bens produzidos e que são comercializados de forma pulverizada no varejo. Assim, passaram a tributar os fabricantes, que por serem grandes e em pouco número, seriam facilmente fiscalizados, porém, a substituição tributária se transformou num verdadeiro câncer, atingindo tudo e a todos de forma indiscriminada e causando enormes distorções e prejuízos para vários setores produtivos e para os contribuintes.

Ousamos dizer que a substituição tributária causou

tantos problemas que hoje ela representa a negação do próprio instituto, pois dentre tantas distorções tem-se aumento de pedidos de ressarcimentos de substituídos atacadistas e distribuidores, causando enormes dificuldades à própria fiscalização, perda da neutralidade na medida em que distorce preços causando até mesmo efeito inflacionário em determinados produtos, bem como induz esquemas elisivos, de modo a dificultar ainda mais a fiscalização.

Além disso, causa dispersão de substitutos e aumento da evasão fiscal em operações intermediárias; dificuldades na devolução de diferenças de bases; segregação de ICMS-ST e ICMS próprio; expansão do pagamento antecipado pela impossibilidade prática de ser firmado acordos para todos os produtos; dispersão dos sujeitos passivos para pagar ICMS-ST na entrada, embarçando a fiscalização e a cobrança; fim da definitividade da base de cálculo da substituição tributária (julgamento do RE 593849/MG) impondo a necessidade de fiscalizar e cobrar diversos contribuintes varejistas. Em suma, tal instituto, que aparentava ser a panaceia para todos os males do ICMS, a bem da verdade, só causou e ainda causa sandices e distorções em nosso sistema tributário, não sendo um instrumento de racionalização da fiscalização nem de eficiência arrecadatória, sequer reduziu a evasão fiscal.

Some-se a isso o fato de que teremos que conviver com ela (a substituição tributária) até 2033, quando então a sistemática do IBS estará totalmente implementada.

Com a alteração constitucional trazida pela EC 132/23, delimitando que o IBS e a CBS incidirão sobre as operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, bem como que a sua cobrança será no destino, a sistemática da substituição tributária, em hipótese alguma, se amolda ao desenho constitucional do novo sistema tributário do consumo. É uma técnica de antecipação de recolhimento na origem, ao passo que o IBS e a CBS serão cobrados no destino, ou seja, totalmente incompatível com a norma constitucional. Caso implementada em sede de projeto de lei, seria uma verdadeira apropriação indébita pelo Estado de origem.

Além disso, o simples fato de que na Constituição

Federal ainda permaneça a disposição do artigo 150, parágrafo 7o, que dá fundamento de validade para a substituição tributária, ao determinar que a lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, não confere ao legislador infraconstitucional a possibilidade de se criar uma esdrúxula substituição tributária do IBS e da CBS.

Some-se a isso a implementação do crédito vinculado ao pagamento, a implantação do split payment, o ressarcimento imediato ou ao menos num prazo razoável e predeterminado, a redução da complexidade operacional das informações fiscais que tornará o novo modelo mais simplificado para as empresas.

A substituição tributária é o passado, é a velha roupa que não nos serve mais, os órfãos do ICMS-ST não podem nos impor essa herança maldita, tal sistemática não se amolda ao IBS e à CBS, eis que a substituição tributária para frente tributa a produção, é cobrada na origem, enquanto as novas exações incidirão sobre o consumo e serão tributadas no destino.

Por isso, os legisladores devem olhar com olhos de ver, pois a EC 132 e o PLP 68 são "o corpo diferente" e a substituição tributária é a "velha roupa que não nos serve mais".

Caio Cesar Braga Ruotolo é advogado tributarista e sócio do escritório Silveira Law Advogados.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187971>

Taxação das big techs deve render R\$ 5 bi

» **RAFAELA GONÇALVES**

O Ministério da Fazenda pretende enviar, ainda neste semestre, ao Congresso, uma proposta de taxação das big techs, grandes empresas de tecnologia.

Gigantes do mercado como Google, Amazon, Apple e Meta (dona de Facebook, Instagram e WhatsApp) são o alvo da nova tributação.

Uma das opções ventiladas é o aumento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o mesmo tributo cobrado dos combustíveis.

O secretário executivo da pasta e número dois do ministro Fernando Haddad, Dario Durigan, não deu detalhes sobre como seria feita a taxação, mas afirmou que o tema representa um dos pilares de recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ele afirmou ainda que o texto tramitará de forma separada do projeto de lei do Orçamento de 2025, que será enviado na sexta-feira ao Legislativo.

O fórum internacional propõe a taxação mínima de 15% das multinacionais pelos países onde elas atuam, com potencial de arrecadar US\$ 200 bilhões por ano em todo o planeta.

Países como Japão e Coreia do Sul começaram a adotar a tributação.

No Brasil, a expectativa é de que uma possível taxação das big techs possa render cerca de R\$ 5 bilhões em arrecadação adicional no próximo ano. "Há um movimento global para tributar as maiores empresas de tecnologia, também conhecidas como big techs. O objetivo é garantir que as gigantes de tecnologia paguem uma parcela das receitas auferidas nos países que operam, mas que não tenham presença física ou pessoa jurídica de direito privado constituída no país", destacou André Félix Ricotta de Oliveira, presidente da Comissão de Direito Tributário e Constitucional da OAB/SP.

Segundo ele, a tributação pode ser implementada de várias maneiras, uma delas é seguir as diretrizes estabelecidas pela OCDE. "A organização propôs dois pilares para a tributação da economia digital. O Pilar um, que estabelece a retribuição de lucros e direitos de tributação, permitindo que países onde as big techs têm usuários e geram receita possam tributar uma parte dos lucros dessas empresas; e o Pilar dois, que

visa definir uma alíquota mínima global de imposto corporativo para evitar a erosão da base tributária e a transferência de lucros para jurisdições de baixa tributação", explicou.

"Se a OCDE estabelecer uma alíquota mínima global de 15%, o Brasil deve criar esse tributo para garantir que as big techs paguem em sua jurisdição esse mínimo de 15% sobre as receitas auferidas aqui. Se o Brasil não o fizer, esse valor irá para os países que estão situadas as controladoras das big techs", afirmou Oliveira.

Fontes consultadas pelo Correio afirmam que pode haver pelo menos quatro frentes de investida abertas pelo governo para tentar tributar os gigantes da tecnologia: a cobrança por uso de redes (o chamado "fair share"), aumento no Imposto de Renda (IR), tributo sobre streaming e até uma contribuição para o jornalismo, em razão do ecossistema de informação.

As gigantes de tecnologia alegam que já pagam **impostos** no Brasil, principalmente nos contratos de publicidade feitos com empresas brasileiras.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6367/30-08-2024.html?all=1>

Setor privado deve investir R\$ 105 bilhões

Nelson Rocco Para o Valor, de São Paulo

Onze processos de privatização de empresas de saneamento estão agendados para ocorrer no Brasil até 2026. As concessões serão de empresas que operam em cidades pequenas, como Arroio dos Ratos (RS), onde vivem 14,5 mil habitantes, a 55 km de Porto Alegre, até em um Estado inteiro, como Sergipe. Os investimentos previstos são superlativos: R\$ 89,7 bilhões. As projeções para o próximo ciclo de privatizações, porém, são ainda maiores e podem chegar a R\$ 105 bilhões, de acordo com analistas do setor.

Esses investimentos estão sendo viabilizados graças às mudanças regulatórias trazidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento, que entrou em vigor em 2020. Desde então, houve 49 processos de concessão dos serviços de água e esgoto, seja por meio de parcerias, venda de ativos ou com o ingresso de um investidor estratégico e a venda de ações - caso da Sabesp, de São Paulo, com a entrada da Equatorial em seu capital, em uma operação em julho que envolveu R\$ 14,7 bilhões, fora investimentos.

Gesner Oliveira, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e sócio da consultoria GO Associados, avalia que a privatização da Sabesp foi relevante por prever cerca de R\$ 10 bilhões em investimento para os próximos anos. Além disso, trouxe a "abrangência do conceito de universalização, incluindo áreas rurais e áreas informais, o que é muito importante para o bem-estar da população, sobretudo a mais pobre". Oliveira também destaca a redução da tarifa para camadas mais vulneráveis.

Os 49 processos realizados desde 2020 envolvem investimentos de R\$ 142,4 bilhões, abrangendo 972 municípios, para uma população atendida de quase 61 milhões de habitantes, segundo dados da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon/Sindcon) - os números não incluem as concessões de Brodowski e Barrinha (SP) e da companhia de água e esgoto de Sergipe, cuja privatização tem aporte estimado de R\$ 6,3 bilhões.

"O próximo ciclo de privatizações deverá contar com 43 projetos, que devem atrair até R\$ 105 bilhões em investimentos até 2033", estima Christiane Dias, diretora-executiva da Abcon/Sindcon.

Segundo Oliveira, da FGV, Estados e municípios, em

sua maioria, porque, não têm como bancar os investimentos necessários para a universalização do saneamento, como previsto no marco do setor, estimados por ele na casa dos R\$ 500 bilhões.

A executiva da Abcon/Sindcon concorda. Mas, para ela, os investimentos necessários para a universalização do saneamento até 2033 são maiores, de R\$ 890 bilhões. "Para alcançarmos a meta, só com a iniciativa privada. Somente o setor público não dá conta de fazer os aportes que necessitamos".

Segundo Dias, o marco trouxe três premissas fundamentais. A primeira foi um novo instrumento regulatório, que é um dos principais pontos de uniformização da arrecadação e de melhoria do ambiente para a atração dos investidores privados. Esse instrumento é composto pelas agências regulatórias, de caráter municipal, mas que seguem as diretrizes nacionais, ditadas pela Agência Nacional de Águas (ANA). "Há um padrão que todas as agências devem seguir para fazer a regulação", diz ela.

A segunda premissa foi o estabelecimento da universalização dos serviços. "Todos os contratos, sejam públicos ou privados, têm de se comprometer com a universalização", acrescenta. Segundo Dias, a terceira premissa é a que prevê a regionalização, com a aglutinação de vários municípios para uma única concessão. "Existe um incentivo na norma para essa união, embora não seja obrigatória. Mas é da natureza dos serviços que eles sejam executados de forma regionalizada, porque a infraestrutura exigida é gigantesca e é muito difícil para os municípios investirem sem compartilhar", afirma.

Com o novo marco, houve um aumento considerável da participação do setor privado no setor. "As operadoras privadas já respondem por 22% dos municípios brasileiros, atendendo a mais de 70 milhões de pessoas", informa a executiva. Pelos cálculos da associação, antes do novo marco, as empresas privadas chegavam a apenas 7% dos municípios.

-

Privatização muda tarifa e reajuste em São Paulo

A Sabesp, uma das maiores companhias de saneamento do mundo, com mais de 28 milhões de clientes, tem um desafio pela frente: garantir que a tarifa não suba diante dos investimentos necessários

para a universalização dos serviços até 2029. A privatização da estatal, em julho, mudou o cálculo das tarifas, que antes consideravam, entre outros fatores, os investimentos futuros. Agora, apenas os aportes realmente efetivados é que farão parte da conta.

"No atual, não há mais projeção de mercado e de investimentos. Ambos são baseados em um período de referência, definido como o ano civil anterior ao cálculo tarifário", diz o diretor-presidente da Sabesp, André Salcedo. Investimentos realizados em 2024, por exemplo, serão submetidos à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) no ano que vem; se forem validados, passarão a compor a tarifa a partir de 2026, explica o executivo.

A privatização já reduziu as tarifas; faixa básica caiu 10% para os segmentos social e vulnerável. "A residencial teve queda de 1%, e as demais, como comercial e industrial, 0,5%", lembra Salcedo.

Antes, a agência reguladora calculava, a cada quinquênio, os investimentos necessários para os próximos cinco anos e estabelecia a tarifa com base nessa projeção. "Agora, a tarifa não considera os investimentos projetados. Eles são incorporados na tarifa a cada ano caso os investimentos sejam realizados", explica Thiago Mesquita Nunes, diretor-presidente da Arsesp.

O novo modelo, porém, pode gerar um desencontro entre a tarifa paga e a necessária para realizar os investimentos. Essa diferença será bancada pelo Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento no Estado de São Paulo (Fausp), criado na privatização. De início, o fundo teve um aporte de um terço dos recursos de R\$ 14,7 bilhões recebidos pelo governo paulista na venda da Sabesp. "A tendência regulatória é que a tarifa caia ao longo do tempo", diz Nunes.

De acordo com Salcedo, para custear os investimentos, a companhia irá avaliar a melhor forma de financiamento, podendo combinar linhas de longo prazo, mercado de capitais e debêntures, por exemplo, e a geração de caixa da empresa. "A empresa tem bastante espaço para captação de novas dívidas, uma vez que sua alavancagem financeira é bem confortável", diz ele, citando o indicador de dívida líquida sobre lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) em 1,54.

"Nossos covenants [compromissos de dívida] permitem ir até 3,5. Considerando que nosso Ebitda dos últimos 12 meses foi de R\$ 10,8 bilhões, há bastante espaço para captação de novas dívidas destinadas a financiar os investimentos", afirma.

André Sampaio, analista de investimentos do setor de

saneamento do banco Santander, afirma que a Arsesp, no novo modelo, será responsável por calcular a tarifa da Sabesp pelo modelo anterior e pelo novo, para efeito de comparação. "Não significa que a tarifa será menor do que é hoje, mas ela será menor do que seria pelo modelo antigo", diz.

No processo de privatização, ficou estabelecido que os investimentos para a universalização dos serviços, antes previsto para 2033, terão de ser realizados até 2029. Para isso, serão aportados cerca de R\$ 70 bilhões. "Nos dois cenários, com esses investimentos, teríamos as tarifas crescendo. Mas, com o novo, ela subirá menos."

22% dos municípios têm operadores privados

Sabesp tem muito espaço para captar novas dívidas, diz André Salcedo

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187971>

País vai propor regras de transparência anticorrupção

VÍVIAN OSWALD *economiaoglobo.com.br* BRASÍLIA

A inteligência pode ser uma das maiores armas contra as condutas de corrupção, dadas as limitações do Estado e a criatividade dos transgressores. É nisso que aposta o Grupo de Trabalho (GT) Anticorrupção do G20, segundo seu coordenador, o brasileiro Vinícius Marques de Carvalho, ministro da Controladoria-Geral da União (CGU). A ideia é que a transparência das informações sobre ações e serviços prestados pelo Estado, aliada à agenda de integridade do setor privado, feche brechas, aumente o espaço de controle da sociedade e obrigue os entes públicos e o mundo corporativo a andarem na linha.

- Por mais eficiente que seja a repressão, o aparato do Estado, não só o brasileiro, será sempre insuficiente. O mundo tem olhado outras formas que podem ser complementares à repressão. Elas não foram adotadas com esse objetivo, mas se mostraram eficazes, como a agenda de transparência para governo e empresas -destaca.

Estudo feito a pedido da presidência brasileira do G20, ao qual o GLOBO teve acesso, estima que somente subornos movimentem de US\$ 1,2 trilhão a US\$ 1,5 trilhão (cerca de 2% do PIB mundial) ao ano. Ou seja, o custo econômico e social global da corrupção é certamente bem maior, já que o suborno é apenas uma das várias formas de corrupção.

EFEITO NO CRESCIMENTO

Uma das principais conclusões a que chegou o GT é que a corrupção afeta o crescimento econômico e perpetua distorções, ao aprofundar desigualdades sociais e abrir portas, inclusive, para crimes ambientais. E essa a mensagem que o grupo espera levar ao **comunicado** final a ser acordado entre os líderes do G20 na cúpula de novembro, no Rio.

Recomendações serão incluídas no Plano de Ação do GTAC 2025-2027, documento com as prioridades do grupo para os próximos três anos. As propostas incluem controles de auditoria fortes, para garantir que as despesas públicas com a proteção social e os serviços públicos sejam direcionadas aos fins pretendidos.

Também estão na lista regras para reforçar a

transparência e a integridade dos lobbies, a fim de evitar conflitos de interesse e garantir que decisões sobre políticas públicas sejam voltadas para a população. O documento também deve prever levar às escolas educação cívica e integridade pública.

RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

Uma novidade do GT está no destaque ao papel do setor público em incentivar o bom comportamento das empresas e a aplicação das condutas responsáveis do chamado ESG. O Brasil tem exemplos positivos, como o selo Proética, ferramenta que incentiva empresas que são líderes nos seus setores a adotarem boas práticas. Hoje, 84 têm o selo.

Tema considerado complexo dentro do G20 é o da recuperação de ativos da corrupção. No Brasil, por exemplo, a Lava-Jato identificou casos de conduta corrupta, fechou acordos de leniência e aplicou multas, mas muitas têm sido contestadas. A recomendação do GT, nesse caso, é aprofundar os mecanismos de cooperação entre os países e a criação de padrões internacionais para que todos "falem uma mesma língua".

-Até os anos 90, empresas europeias podiam descontar do Imposto de Renda o que pagavam de propina para obter negócios em outros países. Estamos falando de 30 anos atrás. Deixou de ser dedutível e passou a ser uma violação, que foi se universalizando -diz Carvalho.

O estudo também alerta para o risco de os trilionários mecanismos de financiamento para a transição energética e redução das desigualdades mundo afora, que estão sendo debatidos no âmbito do G20, se tornarem alvo de más condutas. É preciso criar ou melhorar as ferramentas que garantirão que o dinheiro chegue ao destino.

Ao GLOBO, a especialista anglo-ganense Mavis Owusu-Gyamfi diz que fechar os

canais de corrupção já ajuda os países a obterem os recursos necessários para financiar os desafios globais.

- Os números podem estar entre US\$ 50 bilhões e US\$ 100 bilhões. É dinheiro que está sangrando

através da corrupção, ou que sai dos países ilegalmente -afirma ela, que é presidente do Centro Africano para a Transformação Econômica, o principal instituto de política econômica da África, think tank que faz parte do T20, grupo social do G20.

O Brasil tem seus muitos telhados de vidro no quesito corrupção, mas tem oferecido exemplos importantes ao debate. Um deles é o Alice, sistema que usa inteligência artificial (IA) para analisar licitações, contratos e editais nas plataformas de compras eletrônicas que saem dos padrões "normais", ou seja, que tenham inconsistências ou indícios de fraudes.

Nem tudo o que é selecionado tem problemas. Mas a ferramenta possibilitou a suspensão de licitações com indicação de fraude ou erros que somaram quase R\$ 12 bilhões, segundo a CGU.

O Alice despertou interesse de outros integrantes do G20, como a França. Uma dificuldade para a cooperação e a adoção de medidas bem-sucedidas em outros países, como o Alice, é que as nações estão em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e até mesmo da burocracia. Muitas estão longe de ter os dados do governo digitalizados.

Para Carvalho, um dos grandes desafios de calcular o tamanho da corrupção é a capacidade de detectá-la: - Não se pode ir em cima do que não se vê. Se não tem transparência, a capacidade de detecção diminui muito. O controle da sociedade é muito importante.

TRANSPARÊNCIA

O Relatório de Investimento Mundial de 2023 da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), outro documento que serviu de base para o GT, revela crescente déficit de investimento anual entre os países em desenvolvimento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.

São cerca de US\$ 4 trilhões por ano-acima dos US\$2,5 trilhões estimados em 2015, quando os ODS foram adotados. O Fórum Econômico Mundial estima que a corrupção custe aos países em desenvolvimento nada menos que US\$ 1,26 trilhão por ano. O montante seria suficiente para tirar da miséria 1,4 bilhão de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza por pelo menos seis anos.

Guilherme France, gerente de Pesquisa e Advocacy da Transparência Internacional Brasil, diz que a corrupção afeta diretamente políticas de combate à fome e às desigualdades: -E só olhar para as discussões em torno dos desvios nas compras de alimentos no Rio Grande do Sul, no contexto das

emergências climáticas, nos desvios dos registros de beneficiários de programas sociais. Estou falando aqui dos exemplos que pipocaram recentemente.

France diz que a corrupção também perpetua crimes ambientais, com a impunidade de pessoas e grupos organizados que conduzem os danos, seja pela destruição de florestas, mineração ilegal ou tráfico de fauna.

-A corrupção é elemento inescapável. Digo isso para reforçar a importância de que o trabalho sobre combate à corrupção do G20 não esteja restrito ao GT Anticorrupção. Seria ponto de partida fundamental para a resolução dos problemas que elementos de compromisso de promoção da transparência, integridade e combate à corrupção fossem incluídos de forma mais ampla e transversal para a realização desses objetivos, da promoção do desenvolvimento sustentável e de combate à fome. E importante que isso esteja no documento. E a gente ainda não tem a sinalização de que isso foi efetivamente reconhecido.

G20 DA DIRETRIZES

France destaca que, embora não tenha efeitos vinculantes nem crie leis, o G20 dá diretrizes.

- Se você tem o reconhecimento das 19 maiores economias do mundo, mais União Europeia e União Africana, de que a corrupção é um impeditivo, talvez seja um ponto de partida. Até porque esses instrumentos e documentos orientam os espaços de discussão da ONU e de outras organizações regionais.

O GT Anticorrupção tem colaboração da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil.

"Se não tem transparência, a capacidade de detecção diminui muito. O controle da sociedade é muito importante" Vinícius Marques de Carvalho, ministro da CGU

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

G20 vê inteligência como arma contra corrupção

Vivian Oswald Para "O Globo", de Brasília

A inteligência pode ser uma das maiores armas contra as condutas de corrupção, dadas as limitações do Estado e a criatividade dos transgressores. É nisso que aposta o Grupo de Trabalho (GT) anticorrupção do G20, segundo seu coordenador, o brasileiro Vinícius Marques de Carvalho, ministro da Controladoria-Geral da União (CGU).

A ideia é que a transparência das informações sobre ações e serviços prestados pelo Estado, aliada à agenda de integridade do setor privado, feche brechas, aumente o espaço de controle da sociedade e obrigue entes públicos e do mundo corporativo a andar na linha.

"Por mais eficiente que seja a repressão, o aparato do Estado, não só o brasileiro, será sempre insuficiente. O mundo tem olhado outras formas que podem ser complementares à repressão. Elas não foram adotadas com esse objetivo, mas se mostraram eficazes, como a agenda de transparência, para governo e empresas", destaca Carvalho.

Estudo feito a pedido da presidência brasileira do G20, ao qual a reportagem teve acesso, estima que somente subornos movimentam de US\$ 1,2 trilhão a US\$ 1,5 trilhão (cerca de 2% do PIB mundial) ao ano. Ou seja, o custo econômico e social global da corrupção é certamente bem maior, já que eles são apenas um lado das várias formas de corrupção.

Uma das principais conclusões a que chegou o GT é que a corrupção afeta o crescimento econômico e perpetua distorções, ao aprofundar desigualdades sociais e abrir as portas inclusive para crimes ambientais. É essa a mensagem que o grupo espera levar ao **comunicado** final a ser acordado entre os líderes do G20 na cúpula de novembro, no Rio.

Recomendações serão incluídas no plano de Ação do GTAC 2025-2027, documento com as prioridades do grupo de trabalho para os próximos três anos. As propostas incluem controles de auditoria fortes para garantir que as despesas públicas com a proteção social e os serviços públicos sejam direcionadas aos fins pretendidos.

Também estão na lista regras para reforçar a

transparência e a integridade no lobby para evitar conflitos de interesses e garantir que decisões no processo de políticas públicas sejam tomadas no interesse público. O documento deve prever ainda levar aos bancos das escolas educação cívica e integridade pública.

Uma novidade do GT estaria no destaque ao papel do setor público em incentivar o bom comportamento das empresas e a aplicação das condutas responsáveis do chamado ESG. O Brasil tem exemplos positivos com relação a isso, como o selo Proética, ferramenta que incentiva empresas líderes nos seus setores - só 84 têm o selo hoje.

Tema considerado complexo dentro do G20 é o da recuperação de ativos da corrupção. No Brasil, por exemplo, a Lava-Jato identificou casos de conduta corrupta, fechou acordos de leniência e aplicou multas, mas muitas têm sido contestadas. A recomendação do grupo de trabalho nesse caso é aprofundar os mecanismos de cooperação entre os países e a criação de padrões internacionalmente para que todos "falem uma mesma língua".

"Até os anos 1990, empresas europeias podiam descontar do imposto de renda o que pagavam de propina para obter negócios em outros países. Estamos falando de 30 anos atrás. Deixou de ser dedutível e passou a ser uma violação, que foi se universalizando", disse Carvalho.

O estudo também alerta para o risco de os trilionários mecanismos de financiamento para a transição energética e redução das desigualdades mundo afora que estão sendo debatidos no âmbito do G20 se tornarem alvo de más condutas. Por isso, é preciso criar ou melhorar as ferramentas que garantirão que o dinheiro chegue aonde deve.

A especialista anglo-ganense Mavis Owusu-Gyamfi afirma que fechar os canais de corrupção por si só já ajuda os países a encontrar os necessários recursos para financiar os desafios globais.

" Os números podem estar entre US\$ 50 bilhões e US\$ 100 bilhões. É dinheiro que está sangrando através da corrupção, ou que sai dos países ilegalmente", afirma ela, que é presidente e CEO do Centro Africano para a Transformação Econômica

(ACET), o principal instituto de política econômica de África, think tank que faz parte do T20, grupo social do G20 que reúne instituições de pesquisa.

O Brasil tem seus muitos telhados de vidro no quesito corrupção, mas tem oferecido exemplos importantes ao debate. Um deles é o Alice, sistema que usa inteligência artificial (IA) para analisar licitações, contratos e editais nas plataformas de compras eletrônicas que saem dos padrões "normais", que tenha inconsistências ou indícios de fraudes.

Nem tudo o que é selecionado tem problemas. Mas a ferramenta possibilitou a suspensão de licitações com indicações de fraude ou erros no valor de quase R\$ 12 bilhões, segundo dados da CGU.

O Alice despertou interesse de integrantes do grupo, entre eles a França. Uma dificuldade para a cooperação e a adoção de medidas bem-sucedidas em outros países, como é o caso do Alice, é que as nações estão em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e até mesmo da sua burocracia. Muitos estão longe de ter os dados do governo digitalizados.

Para Carvalho, um dos grandes desafios de calcular o tamanho da corrupção é justamente a capacidade de detectá-la. "Se não tem transparência, a capacidade de detecção diminui muito. O controle da sociedade é muito importante também."

O Relatório de Investimento Mundial de 2023 da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), outro documento que serviu de base para os trabalhos do grupo de trabalho, revela crescente déficit de investimento anual entre os países em desenvolvimento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.

São cerca de US\$ 4 trilhões por ano - acima dos US\$ 2,5 trilhões estimados em 2015, quando os ODS foram adotados. O Fórum Econômico Mundial (FEM) estima que a corrupção custe aos países em desenvolvimento US\$ 1,26 trilhão por ano. O montante seria suficiente para tirar 1,4 bilhão de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza por pelo menos seis anos.

Para Guilherme France, gerente de Pesquisa e Advocacy da Transparência Internacional Brasil, a corrupção afeta diretamente políticas de combate à fome de combate às desigualdades.

"É só olhar para as discussões em torno dos desvios nas compras de alimentos no Rio Grande do Sul, no contexto das emergências climáticas, nos desvios dos registros de beneficiários de programas sociais. Estou

falando aqui dos exemplos que pipocaram nos últimos meses."

Ele diz que também perpetua crimes ambientais, com a impunidade de pessoas e grupos organizados que conduzem os danos - por destruição de florestas, mineração legal e tráfico de fauna.

"A corrupção é elemento inescapável. Digo isso para reforçar a importância de que o trabalho sobre combate à corrupção do G20 não esteja restrito ao GT anticorrupção. Seria ponto de partida fundamental para a resolução dos problemas que elementos de compromisso de promoção da transparência, integridade e combate à corrupção, fossem incluídos de forma mais ampla e transversal para a realização desses objetivos, da promoção do desenvolvimento sustentável e de combate à fome. É importante que isso esteja no documento. E a gente ainda não tem a sinalização de que isso foi efetivamente reconhecido."

France destaca que, embora não tenha efeitos vinculantes, nem crie leis, o G20 dá diretrizes.

"Se você tem o reconhecimento de 19 das maiores economias do mundo, mais União Européia e União Africana, de que a corrupção é um impeditivo, talvez isso seja um ponto de partida. Até porque esses instrumentos e documentos orientam os espaços internacionais, de discussão da ONU e de outras organizações regionais."

O grupo de trabalho anticorrupção tem colaboração com a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil.

"É dinheiro que está sangrando através da corrupção"

Mavis Owusu-Gyamfi

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187971>

Dólar dispara e BC anuncia venda de US\$ 1,5 bi

Gabriel Roca, Victor Rezende e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

No dia seguinte à indicação de Gabriel Galípolo à presidência do Banco Central, os ativos locais viveram um pregão de estresse acentuado, com alta firme do dólar, dos juros futuros e queda do Ibovespa. Os dados mais fortes da economia americana e o aumento do risco fiscal no Brasil, em meio às discussões sobre o aumento do vale gás nas vésperas da entrega do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso, se somaram a fatores de natureza técnica, como o re-balanceamento do índice de ações brasileiras do MSCI - fato que deve gerar um fluxo relevante de saída de dólares do país. O cenário levou a autoridade monetária a anunciar, após o fechamento, um leilão extraordinário de até US\$ 1,5 bilhão no mercado à vista hoje.

O dólar encerrou o pregão em alta de 1,20%, aos R\$ 5,6231, após ter tocado os R\$ 5,6620 na máxima do dia. A força da divisa americana foi disseminada ao redor do mundo, após o **PIB** americano ter superado as estimativas de consenso, com crescimento de 3% em base anualizada no segundo trimestre, contra 2,8% da leitura preliminar.

Diante dos receios menores de uma recessão nos EUA, as apostas em torno de um corte de juros de 0,5 ponto pelo Federal Reserve (Fed) na reunião de setembro diminuíram, o que deu força não só ao dólar, mas também aos índices acionários em Wall Street e aos rendimentos dos Treasuries.

Como fator adicional de pressão aos ativos brasileiros, agentes financeiros apontaram dúvidas sobre a indicação do futuro diretor de política monetária do BC. Porém, mais do que isso pesou o desconforto com as discussões sobre a ampliação do benefício do auxílio-gás dias antes do prazo limite para a entrega da PLOA 2025. Os receios fiscais, que vinham em segundo plano desde o congelamento de gastos do governo em julho, voltaram a pressionar os ativos.

"Imaginávamos um Orçamento que seria mais neutro, que não mudaria tanto as discussões, mas o debate sobre as questões fiscais nos últimos dias, com o aumento do auxílio gás, piorou um pouco o contexto e afetou a percepção de risco e, assim, a dinâmica já é conhecida: vimos o dólar indo de R\$ 5,55 para R\$ 5,65

em um só dia... Claro, o fato de os dados americanos terem vindo mais fortes também ajudou [no movimento] em um momento de maior volatilidade, como apontado pelo [presidente do BC Roberto] Campos Neto, já que o BC não deu "guidance" sobre o próximo movimento da Selic", diz o economista Marco Antonio Caruso, do Santander.

Embora tenha notado que a autoridade monetária enfatizou recentemente que não há uma relação mecânica entre o câmbio e os ajustes na Selic, Caruso observa que, diante da ausência de uma indicação e de uma volatilidade elevada na dinâmica do real, que é uma variável relevante na construção das projeções do BC, "a correlação entre os juros e o câmbio aumenta, o que se reflete em um aumento da volatilidade nos dois mercados, ainda mais em um dia que cheira "risk-off" [aumento do risco] pela questão fiscal".

Nesse ambiente, Caruso nota que o mercado já estava discutindo mais recentemente o processo de retomada da âncora monetária e que, agora, existe a percepção de que um ajuste na Selic pode ter de ser mais célere. "Seria um ciclo mais curto no tempo", o que ajuda a empurrar a precificação de elevação do juro básico em setembro para algo mais próximo de 0,5 ponto.

No mercado de juros, a precificação de uma alta da Selic de 0,5 ponto na reunião do Copom de setembro passou a ser de 60%, contra 40% de chance de uma alta de 0,25 ponto, considerando apenas os dois cenários. Ontem, a taxa do DI para janeiro de 2025 subiu de 10,945% para 10,985%.

Na visão de Gustavo Pi Okuyama, gestor de renda fixa da Poito Asset Management, fatores se acumularam na semana e contribuíram para a precificação atual do mercado de juros. Ele cita a comunicação errática do BC; dados fortes de emprego; e a sinalização, emitida por Campos de que a melhora observada no IP-CA-15 de agosto não é suficiente para trazer conforto à autoridade.

"E, na sequência, tivemos o anúncio do vale-gás. A preocupação fiscal é constante e acabou voltando a ser tema, principalmente porque teremos a apresentação da PLOA no máximo até sábado", aponta o gestor da Porto Asset.

Segundo Okuyama, a gestora tem operado de forma tática no mercado de juros nas últimas semanas. No entanto, os níveis atingidos pelas taxas futuras, neste momento, levaram a um aumento das posições aplicadas [que ganham com a queda das taxas] no miolo da curva. "Acreditamos em um ciclo de elevações na Selic bem controlado, de quatro altas de 0,25 ponto, levando a Selic a 11,5% na primeira reunião do ano que vem. Portanto, achamos a precificação atual um pouco exagerada", diz.

No mercado de câmbio, o ambiente de estresse generalizado foi amplificado pelo rebalanceamento do índice de ações brasileiras do MSCI - o EWZ, que acontece hoje. Com a entrada de empresas listadas na Bolsa de Nova York, como XP, Nubank, PagSeguro, Intel" e Stone, há um fluxo relevante de saída de dólares do país, que participantes do mercado calculam ser de mais de US\$ 1 bilhão.

"Nossa estimativa é que o fluxo positivo desse rebalanceamento está indo para os Estados Unidos e o Brasil vai ter fluxo negativo superior a US\$ 1 bilhão", calcula o chefe da corretora de ações do Scotia-bank Brasil, Michel Frankfurt.

Na iminência do movimento de saída de dólares do Brasil, participantes do mercado notam que houve uma antecipação de players comprando dólares, o que trouxe pressão adicional ao real ontem, especialmente no dia anterior à formação da Ptax de fim de mês, que naturalmente toma os movimentos do câmbio mais voláteis.

Nesse contexto, após o fechamento do mercado, o Banco Central anunciou que ofertará, em leilão extraordinário no mercado à vista, até US\$ 1,5 bilhão, entre 9h30 e 9h35 de hoje, na primeira venda de dólares no mercado "spot" desde abril de 2022.

O anúncio da intervenção foi elogiado pelo profissional da tesouraria de um grande banco local. "O BC agiu muito bem. Tinha muita gente "atolada" de dólar antecipando o rebalanceamento do MSCI para amanhã [hoje]. A intervenção foi no tamanho correto, bem parecido com o do rebalanceamento. Foi ótimo", afirma essa fonte, em condição de anonimato.

Na visão de profissionais da tesouraria de um banco estrangeiro, em comentário a clientes, o tamanho da intervenção, em si, não é relevante, considerando a magnitude dos rebalanceamentos usuais de fim de mês, "mas trata-se de uma grande mudança na abordagem de câmbio do BC".

Assim, eles esperam uma queda de 1% a 2% no dólar contra o real hoje o que deve ter efeitos também no mercado de juros com a transferência do prêmio de

risco entre os ativos.

Na renda variável, o Ibovespa também sofreu, após ter batido recordes consecutivos nos últimos dias. O principal índice do mercado acionário brasileiro caiu 0,95%, aos 136.041 pontos.

Desde o início do mês, o índice ganhou mais de 10 mil pontos e acumula valorização de cerca de 6,6% em agosto. Os mercados internacionais e a injeção de capital estrangeiro na B3 ajudaram esse movimento. Por isso, é natural uma realização de lucros, aponta o CEO da BGC Liquidez, Erminio Lucci. "O dia foi de realização, combinada com um conjunto de "risk-off" em relação ao Brasil como um todo. A bolsa seguiu o comportamento dos juros e do real", avalia.

Lucci lembra que as commodities têm peso importante na bolsa e há uma desaceleração grande nos preços, "o que naturalmente puxa parte da bolsa para baixo", diz. "Isso é explicado principalmente por causa da desaceleração da China, que se mostra cada vez mais ser de médio a longo prazo, de problemas estruturais e com impacto no consumo e **PIB** do país", avalia. (Colaborou Gabriel Caldeira)

"Acreditamos em um ciclo de elevações na Selic bem controlado, de quatro altas de 0,25 ponto"

Gustavo Okuyama

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187971>

"Vai passar por pressão como eu passei", diz Campos sobre sucessor

Álvaro Campos De São Paulo

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, defendeu o trabalho em equipe da autoridade monetária e disse que o diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, indicado como seu sucessor, vai "passar por pressão" quando assumir o cargo, assim como aconteceu com ele mesmo.

Questionado sobre seu legado logo no início de sua participação em evento da CNN, ontem à noite, ele afirmou que esse legado não é só dele, já que no BC o trabalho é feito em equipe. Ainda assim, citou a inovação, adoção de novas tecnologias e aumento na transparência da comunicação. "O BC é instituição forte, tem autonomia, e estamos brigando pela autonomia financeira", disse.

Questionado se seu sucessor no cargo pode sofrer menos pressão do governo do que ele próprio, já que Galípolo foi indicado pela administração Lula, Campos Neto afirmou que, quando estava fazendo a transição para suceder Ilan Goldfajn no BC, comentou com o antecessor que o cenário pareceria de calmaria. "Ilan comentou comigo que não tem calmaria no BC", disse. Segundo ele, Galípolo deve, sim, sofrer pressão. "Pressão faz parte, Galípolo vai passar por pressão como eu passei."

Ele repetiu comentários que já tinha feito antes, dizendo esperar que seu sucessor não seja julgado pela camisa que usou no dia da eleição ou pelos jantares dos quais aceitou participar, e sim pelas decisões técnicas que tomar. "Faz parte do BC agora, em alguns casos, conviver com um Poder Executivo que não foi aquele que o indicou", disse, lembrando que Galípolo poderá ter que conviver, lá na frente, com um presidente diferente.

Sobre a atenção tão grande em cima da autoridade monetária, Campos Neto afirmou esperar que, com o amadurecimento institucional, "ao longo do tempo o presidente do BC vai ser menos conhecido e menos falado".

Campos Neto afirmou que a política fiscal tem influência nas expectativas de **inflação** e na curva de juros futuros. "O governo tem feito um esforço muito grande nesse sentido, mas a parte mais difícil da economia brasileira é enquadrar o fiscal", disse.

Ele reforçou que a harmonia entre a âncora fiscal e a monetária é muito importante no caso brasileiro. Sobre os dados recentes, comentou que o último número de **inflação** teve qualidade melhor, "mas ainda precisamos ter convergência adicional" da **inflação**.

Campos Neto comentou que, para 2025, há uma pequena revisão para baixo nas projeções macroeconômicas, "mas com todos os índices de economia bastante fortes na ponta". Lembrou ainda que o país tem uma massa salarial que está crescendo "e existe preocupação se isso é inflacionário ou não".

Sobre o cenário externo, afirmou que, no recente encontro de Jackson Hole, o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, indicou que pode haver queda de juros em setembro. Segundo ele, o mercado atualmente já precifica mais do que um corte de 0,25 ponto percentual, mas ainda será divulgado um dado importante de **inflação** nos EUA antes da decisão do Fed. Ele comentou ainda sobre vários fatores que têm gerado uma volatilidade nos mercados globais nos últimos meses, como o rápido desmonte de operações de "carry trade" no Japão, o fato da subida das bolsas americanas ser muito dependente das ações de tecnologia e a preocupação com uma desaceleração estrutural da China. "Um crescimento abaixo de 4%, de 3% na China teria impacto grande para emergentes, para as commodities. É muito relevante para o Brasil."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187971>

Haddad e Galípolo buscam nomes para mandatos no BC

Andréa Jubé e Renan Truffi De São Paulo

A escolha do nome do sucessor do economista Gabriel Galípolo para a diretoria de política monetária do Banco Central (BC), da qual é titular, está sendo conduzida pessoalmente por ele e pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. No governo e no BC, a expressão que circula entre fontes que acompanham de perto essas articulações é "procura-se um Galípolo para a vaga de Galípolo".

De acordo com fontes do Palácio do Planalto, do Banco Central e da Fazenda ouvidas pelo Valor nos últimos dias, Galípolo e Haddad buscam alguém com o perfil do atual titular do cargo para comandar a diretoria de política monetária, considerada a mais estratégica do BC. Ou seja, um economista ligado ao mercado financeiro, que seja respeitado pelo empresariado e pelos investidores, mas que também tenha diálogo com o campo progressista no mundo político.

Os nomes estão sendo discutidos a sete chaves e com máxima discrição pela dupla. Galípolo foi presidente do Banco Fator entre 2017 e 2021, ano em que se aproximou do então pré-candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva e de alas do PT.

Ele despertou as atenções da classe política e do empresariado quando acompanhou a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, em um jantar, na pré-campanha, com nomes do **PIB** como Abílio Diniz e Flávio Rocha. Em paralelo, sua formação acadêmica - é mestre em economia pela PUC-SP - o aproximou de Haddad.

A avaliação de interlocutores do Palácio do Planalto é que Galípolo está "empoderado" no cargo, o que lhe dá condições de participar diretamente da escolha dos três novos diretores do banco - além da vaga na diretoria de política monetária, também se encerram em 31 de dezembro os mandatos de Otávio Damaso, diretor de regulação, e de Carolina de Assis Barros, diretora de relacionamento, cidadania e supervisão de conduta.

Na prática, isso significa que a escolha dos novos diretores do BC deve começar "do zero", ou seja, os nomes cotados até então podem perder força na corrida pela indicação.

A principal cadeira em disputa é a de política monetária, responsável pelas mesas de juros e de câmbio da instituição, em geral ocupada por profissionais com experiência no mercado financeiro. Um dos nomes ventilados para esse cargo é o de Marcelo Kayath, ex-diretor do Credit Suisse e fundador da QMS Capital. Kayath é próximo de Haddad e já foi consultado por Lula em outras ocasiões durante esse terceiro mandato.

Ele chegou a ser convidado, inclusive, para uma diretoria do BC durante o atual mandato de Lula, mas recusou. Resta saber agora se o entorno do presidente vai continuar insistindo no nome dele ou se Galípolo vai influenciar o governo com sugestões alternativas. Procurado, Kayath não comentou o assunto.

Outro nome que vinha sendo citado nos corredores do Palácio do Planalto, mas agora dependerá do aval de Galípolo, é o de Fernando Honorato, economista-chefe do Bradesco. Procurado, disse por meio da assessoria de imprensa do banco que desconhece o assunto.

Galípolo foi indicado na terça-feira pelo presidente Lula para assumir a presidência do Banco Central a partir de 2025. A sabatina ainda não foi agendada no Senado. O mandato de Roberto Campos Neto à frente da autoridade monetária expira em dezembro.

A expectativa é que o nome do indicado para a vaga de Galípolo seja anunciado e enviado ao Senado em bloco com as nomeações dos outros novos diretores para as vagas que serão abertas em dezembro.

Quem acompanha articulações de perto diz que "procura-se um Galípolo para a vaga de Galípolo"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187971>

Regulamentação da LCD frustra bancos de menor porte

Paula Martini Do Rio

Bancos regionais de desenvolvimento se frustraram com a recente regulamentação da Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD) devido ao trecho que limita a emissão do novo título isento de imposto de renda a 6,5% do patrimônio líquido das instituições. A norma fez bancos subnacionais revisarem para baixo as projeções de captação por meio do instrumento e reavaliarem a ida ao mercado de capitais.

A LCD foi pensada para aumentar o lastro financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para que a instituição tenha capacidade de ampliar os financiamentos. Além do BNDES, bancos estaduais como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) também podem emitir o título.

A lei que criou o instrumento foi sancionada no fim de julho pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e estabeleceu um teto de R\$ 10 bilhões em emissões anuais para cada banco, por um período de quatro anos. A resolução publicada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no último dia 22, porém, impõe uma trava, segundo a qual a soma dos valores nominais das LCDs emitidas por ano não deve ser superior a 6,5% do valor do patrimônio líquido da instituição, limitado a R\$ 10 bilhões. Além disso, o saldo das LCDs emitidas não deve ser superior a 25% do patrimônio líquido dos bancos.

"A LCD é um avanço porque permite que os bancos de desenvolvimento façam a captação de recursos via mercado de capitais, mas houve um excesso de conservadorismo por parte do Banco Central, que não levou em conta o tamanho específico dos bancos de desenvolvimento regionais", diz o diretor-presidente do Bandes, Marcelo Saintive.

Segundo o economista, o patrimônio líquido do banco capixaba está em torno de R\$ 430 milhões, o que limita as emissões de LCD a menos de R\$ 30 milhões por ano. Por esse motivo, a instituição está reavaliando as vantagens da operação.

"Antes, nós trabalhávamos com algo em torno de R\$ 400 milhões. Era bem factível captar esses recursos.

Agora, dado o monte reduzido, vamos avaliar se faz sentido ir ao mercado de capitais", diz o diretor da instituição, que estuda ainda a possibilidade de usar os recursos da LCD para criar um fundo garantidor para projetos futuros.

"Estamos estudando a regulamentação para ver se é possível. Caso contrário, temos que ver se vale a pena fazer uma emissão tão pequena", observa.

A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), que reúne os bancos de desenvolvimento, defende que o novo título funcione nos mesmos moldes das Letras de Crédito Imobiliário (LC1) e do Agronegócio (LCA), inclusive nos limites para a emissão. "Os bancos regionais têm muito mais a entregar. Até porque as LCAs estão atualmente em mais de R\$ 400 bilhões. E nós estamos falando de um limite de R\$ 40 bilhões em quatro anos para fazer as LCDs", diz o presidente da ABDE, Celso Pansera.

Para Pansera, a regulamentação mais conservadora tem relação com um ambiente de ajuste nas contas públicas e as perspectivas para **inflação** por parte do Banco Central. "Então está nesse contexto do Banco Central contraído, preocupado com explosão da **inflação**. Como é um instrumento novo, também é normal que tenha um processo de consolidação, de conquista de confiança do mercado e dos agentes. Mas vamos continuar trabalhando para melhorar esse limite", afirmou ao Valor.

A resolução sobre a LCD é assinada pelo diretor de regulação do BC, Otávio Damaso, como presidente substituto da instituição. Procurado, o BC informou que o valor de R\$ 10 bilhões corresponde a 6,45% do patrimônio líquido do BNDES, sendo ambos adotados como o máximo para emissão das LCDs. Questionada sobre a possibilidade de esses patamares serem revistos, a autoridade monetária informou que "não emite comentários sobre a possibilidade de alterações regulatórias futuras."

A ABDE calcula que a LCD pode gerar, no primeiro ano, pouco mais de R\$ 10 bilhões em novos recursos para financiamento de longo prazo, podendo chegar a R\$ 40 bilhões em quatro anos. A previsão inicial da associação era de R\$ 18 bilhões - dos quais R\$ 10 bilhões pelo BNDES e R\$ 8 bilhões divididos entre os demais bancos de fomento.

Agora, segundo cálculos que consideram o atual patrimônio líquido das instituições, a ABDE estima que BRDE, Bandes e BDMG poderão emitir, somados, cerca de R\$ 372 milhões em títulos de LCD no primeiro ano de emissão. No caso do BNDES, o valor será de cerca de R\$ 9,7 bilhões, diz a associação.

O Banco de Desenvolvimento Regional do Extremo Sul (BRDE), por exemplo, trabalhava com uma emissão de R\$ 500 milhões este ano. "Mas o patrimônio líquido apurado no balanço semestral é de R\$ 4,4 bilhões, o que vai nos limitar a uma captação de cerca de R\$ 286 milhões", diz o presidente da instituição, Ranolfo Vieira Júnior.

O BDMG informou, por escrito, que o percentual anual de 6,5% do seu patrimônio líquido representa cerca de R\$ 130 milhões por ano. Segundo a instituição, o valor é "substancialmente" inferior aos R\$ 10 bilhões anuais estabelecidos inicialmente para todos os bancos de desenvolvimento.

A instituição disse ainda ter condições "seguras" de emitir títulos que somem um percentual "muito superior" ao teto de 6,5% do seu PL. "O BDMG já atua, por exemplo, com limites superiores na LCA e defende uma regulamentação semelhante à praticada nesse instrumento para a LCD", diz o comunicado.

"BC não levou em conta o tamanho específico dos bancos de desenvolvimento regionais"

Marcelo Saintive

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187971>

BNDES pode ter emissão em setembro

Principal beneficiado pela criação da Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reiterou que pode realizar já em setembro a primeira emissão do novo título de renda fixa isento de tributação, como mostrou o Valor no início do mês.

A instituição informou que está tomando providências de regulamentação interna e de procedimentos operacionais para que seja possível realizar "o quanto antes" a primeira emissão, com expectativa de que isso aconteça a partir de setembro de 2024, a depender das condições de mercado.

Considerando o patrimônio líquido de R\$ 151,3 bilhões apurado no fim de 2023 e as condições para emissão de LCD, o BNDES pode alcançar R\$ 9,8 bilhões em emissões para 2024 e um saldo de estoque de R\$ 37,8 bilhões. Mas o volume emitido a cada ano dependerá da demanda de recursos para financiar suas operações, do estoque pré-existente e das condições de mercado, frisou a instituição.

A diversificação das fontes de financiamento do banco de fomento se justifica pelo objetivo de dobrar os empréstimos concedidos como proporção do **PIB** nos próximos quatro anos. Os desembolsos do **BNDES** representam atualmente cerca de 1% do **PIB** e a meta é chegar a 2% até o fim do mandato do atual governo.

O BNDES é altamente dependente de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que desde a reforma da Previdência, em 2019, reduziu o montante que cabe ao banco para cobrir despesas com a **Previdência Social**. A medida é reiteradamente criticada pela atual administração do banco, que defende uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para reverter a inclusão do **INSS** no rol de despesas financiadas pelo FAT.

Especialistas ressaltam que um eventual crescimento do banco tem que ocorrer a taxas de mercado, sem subsídios nos empréstimos, como ocorreu em outras gestões do PT. Parte dos especialistas também vê com cautela a iniciativa da LCD.

Um argumento é que o BNDES poderia esbarrar na distribuição, uma vez que depende de bancos privados para vender o título. Outra corrente, porém, afirma que existe uma demanda cativa de investidores de renda fixa por títulos isentos de imposto de renda. (PM)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187971>

Ibovespa sobe 6,6% no mês e passa a ter sinal positivo em 2024

Adriana Cotias De São Paulo

Setembro vai chegar após um míni rali na bolsa brasileira. O Ibovespa subiu quase 6,6% em agosto até o dia 29 e deixava para trás o desempenho negativo no ano, com uma valorização de 1,38% - a ver o desempenho de hoje. A temporada de compras de ações veio em antecipação ao início do ciclo de corte de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano), por causa da mensagem escancarada pelo presidente da autoridade monetária, Jerome Powell, de que chegou a hora de baixar as taxas.

A confirmação ou não vem no dia 18 e coincide com a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) no Brasil. Conforme apresentações recentes de integrantes do Banco Central (BC), incluindo falas do diretor de política monetária, Gabriel Galípolo - nome indicado pelo governo para substituir Roberto Campos Neto no comando da instituição a partir de janeiro -, na mesa está uma possível alta da Selic, hoje em 10,5% ao ano.

Juros para cima não costumam ser bons para a bolsa, pois potencialmente encarecem o custo de financiamento das companhias listadas e ao mesmo tempo deixam a renda fixa mais convidativa. Ainda mais no Brasil dos títulos de crédito e de fundos de infraestrutura com isenção de imposto de renda para a pessoa física. A corrida para ações locais até aqui foi impulsionada pelo investidor estrangeiro, com a pessoa física num passo mais gradual. Pode haver fôlego para mais capital externo, mas na visão de especialistas em investimentos o fluxo local tende a ser mais contido.

Apesar do ingresso recente, a participação do estrangeiro na bolsa está num dos menores níveis e, quando se leva em conta métricas usadas para calcular o valor justo do Ibovespa, ainda há um desconto de 25% a 30% em relação à média histórica, observa Nicholas McCarthy, executivo-chefe de investimentos (CIO) do Itaú Unibanco. "A bolsa está extremamente barata em reais, e em dólar também, está 40% abaixo. Os "gringos" estão voltando por conta da confirmação de Powell de que teremos uma queda de juros - te-ria que haver uma catástrofe para não derrubar os juros - e algumas pessoas do comitê [de política monetária] já previam redução] na reunião

passada, foi o que deu um ânimo extra."

O executivo lembra que desde o fim do ano passado havia essa expectativa no radar, e que ela foi sendo frustrada e jogada para frente por conta de dados mais fortes de atividade na economia americana. Acabou sendo ruim para os ativos mundiais, menos para os dos Estados Unidos.

Localmente, as falas mais duras de representantes do BC, incluindo as de Galípolo e Campos Neto, trouxeram uma percepção de consonância e de que o papel institucional, de controle inflacionário, será preservado após a transição. Ao manifestarem desconforto com a **inflação**, McCarthy diz que "eles meio que sancionaram uma possível alta de juros". A redução do ruído em relação a uma eventual interferência política no BC tirou pressão do câmbio, dos juros futuros e também beneficiou a bolsa.

No seu mapa de recomendações, McCarthy tem sugerido uma alocação acima da estrutural em títulos longos de renda fixa e abaixo da média para ações, um mix que acredita estar "bem posicionado para capturar um momento positivo ou de mais realização [de lucros, com venda de ativos]". Mas sua percepção geral é otimista com Brasil.

Se a economia americana confirmar uma desaceleração suave, com os juros caindo 200 pontos básicos, e o Brasil, na contramão, subir a sua taxa referencial, deve haver atração de capital para o país, diz Marcelo Mello, executivo-chefe (CEO) da SulAmérica Vida, Previdência e Investimentos. "A bolsa pode se valorizar por fluxo internacional, não acho que pelo local. O custo de oportunidade [o CDI] parte de uma base alta para justificar a alocação em renda variável", afirma. "Um fundo de pensão, um institucional, por exemplo, com meta atuarial de IPCA mais 4,5%, 5% e na tela consegue 6,20%, 6,30%, por que vai tomar esse risco se pode ficar no ninho quentinho dele?"

O executivo considera que, quando a **inflação** der sinais de arrefecimento e as taxas futuras começarem a embicar para baixo, pode haver alguma antecipação do investidor doméstico rumo à renda variável. Para a Selic, a SulAmérica já espera um ajuste para 11% até dezembro.

O vencimento gigante de Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), em 15 de agosto - R\$ 260 bilhões entre principal e juros -, já mostrou algumas tendências para o fluxo, diz Mello.

Com boa parte desse volume estava nas mãos das fundações, uma parcela seguiu investida em outros vencimentos dos títulos federais atrelados à **inflação**, mas também houve alguma migração para carteiras de crédito "high grade" e também para fundos de renda fixa ativa com risco de mercado, sem dívida.

Para a pessoa física que não gosta de chacoalhadas, Mello diz que os títulos pós-fixados do Tesouro a 10,5% ao ano já asseguram um bom retorno, embora os preços de NTN-B e prefixados sejam convidativos. "Pelo prêmio, faria sentido assumir uma pitada de risco." Mesmo com a Selic subindo, um ganho de credibilidade na condução da política monetária pode ter como efeito a queda das taxas de longo prazo, segundo Jennie Li, estrategista de ações da XP Investimentos. "Havia um cenário de deterioração de fundamentos, com o risco de mais **inflação** desancorando as expectativas para a meta e o real se depreciando, seria pior se não subisse num cenário que precisasse subir", afirma. "Quando o BC aumenta o juro de curto prazo, a interpretação é de que ganha espaço para cortar mais para frente. Tem a ver com projeção de um ciclo curto, porque o ajuste foi resultado de uma decisão técnica." Junto com o macro, o lado microeconômico das empresas também melhorou, afirma a especialista. "A temporada de resultados do segundo trimestre foi uma das mais positivas em quatro, cinco trimestres." Por ora, a XP mantém a estimativa de 147 mil pontos para o Ibovespa até o fim do ano, o que significa um potencial de valorização mais apertado (8,1%) em relação aos 136.041 pontos do fechamento de ontem. O dado pode ser revisado em breve, juntamente com as projeções de lucros para as companhias.

Uma desaceleração nos EUA, sem recessão, tende a ser uma boa notícia para moedas de mercados emergentes e para o Brasil, diz Rodrigo Eboli, co-executivo-chefe de investimentos da Brainvest no Brasil. "Olhando para os ativos aqui, ficou tudo muito descontado, os preços deprimidos na renda fixa, nas NTN-Bs, nos prefixados, na própria bolsa, os ativos de risco em geral. Não só pelo preço, como também pela posição técnica, com resgates em multimercados, fundos de ações e a saída dos estrangeiros no ano passado", diz. "Qualquer mudança na margem tem bastante impacto nos preços."

O Brasil está nesse contexto de alguma distensão e o melhor termômetro disso foi o dólar, que bateu os R\$ 5,80 no auge dos ataques do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao presidente do BC. Sem medidas

estruturais que resolvam o quadro fiscal e o ruído no campo monetário, os investidores vinham pedindo um prêmio maior para assumir ativos brasileiros.

Eboli diz estar mais alocado em papéis indexados à **inflação**, a exemplo da NTN-B, com taxa acima de 6%, mais a correção monetária. "É um ativo que vai bem em diversos cenários", afirma. "Quando compra nesse nível de preço, a assimetria costuma ser muito a favor para o investidor."

Na bolsa, a indicação da Brainvest hoje é "neutra", ou seja, apenas o posicionamento estrutural. "Tem que ter muita paciência, é um ativo que o investidor sofre para carregar, não é fácil", diz Eboli. Mas com o desconto das ações e o posicionamento leve do mercado, a taxa interna de retorno (TIR) de alguns papéis de qualidade ficou muito atrativa para ser ignorada.

A casa reduziu, contudo, a exposição em ativos de crédito privado "high grade", mais por disciplina do que por alguma preocupação com o aumento da inadimplência, afirma Eboli. O grande fluxo de recursos que migrou para os portfólios que carregam papéis de dívida deixou os prêmios magros. "Alguns fundos para conseguir manter um carregamento acabam correndo mais risco porque não têm mais o mesmo retorno com os ativos mais óbvios."

A redução de juros nos EUA e a reancoragem das expectativas de **inflação** no Brasil tendem a ser positivas para estratégias ligadas a juro real, diz Renan Rego, CIO da G5 Partners. A alta da Selic no curto prazo poderia levar as taxas dos papéis indexados ao IPCA para a casa dos 5%, trazendo ganhos de capital para o investidor.

Outra classe que poderia se beneficiar dessa combinação é a bolsa. Apesar disso, o especialista mantém posicionamento neutro em ações. "Por que não ficar tão otimista? Porque não vê ainda a realocação do investidor local, predomina o fluxo estrangeiro, não há uma recomposição de portfólios." Em crédito ele diz também estar mais seletivo dado o volume de captação dos fundos.

"A bolsa pode se valorizar por fluxo internacional, não pelo local. O custo de oportunidade parte de uma base alta" Marcelo Mello

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187971>

Finalizar obra deveria ser prioridade para o país, diz pesquisadora

Ivan Martínez-Vargas Para o Valor, de Londres

A discussão sobre saneamento básico no Brasil precisa dar prioridade à eficiência no gasto público e à finalização de projetos em andamento ou inacabados, de acordo com a economista Antonella Bancalari, pesquisadora do Institute for Fiscal Studies (IFS), localizado em Londres, e doutora em políticas sociais pela London School of Economics and Political Science (LSE). Há evidências de que obras inacabadas tendem a aumentar a taxa de doenças infecciosas e a mortalidade infantil, por exemplo, afirma.

Em entrevista ao Valor, a economista diz que a dicotomia entre investimento privado ou público no saneamento não tem sentido. Há, segundo ela, casos tanto de concessões bem desenhadas, com o Estado fiscalizando metas de qualidade do serviço e impacto positivo na saúde pública, quanto maus resultados. Os termos do contrato, diz, são a chave para os bons resultados. "No Brasil, as discussões estão em torno dos montantes de investimento; se fala em bilhões, mas não sobre como usar o dinheiro de forma eficaz", aponta.

Valor: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU estabelecem metas para a universalização do acesso à água potável e ao saneamento básico até 2030. A seis anos do prazo, são objetivos realistas? Quais são os desafios?

Antonella Bancalari: No Brasil, as metas são 90% da população conectada ao sistema de esgoto tratado e 99% com acesso à água potável segura até 2030. Entre 2000 e 2021, o acesso à água segura aumentou de 78% para 88%, é um avanço importante. Mas o acesso ao saneamento foi de 36% para 50%. Esse é o maior desafio: metade da população não tem saneamento básico. Para tratar dos desafios é preciso abordar o ciclo do investimento público. No Brasil, as discussões estão em torno dos montantes de investimento, se fala em bilhões, mas não sobre como usar o dinheiro de forma eficaz.

Em países latino-americanos, na África e na Ásia, estamos acostumados a ver obras inacabadas, mas isso não é trivial por dois motivos. Primeiro, há o custo de oportunidade dos recursos, que poderiam ser usados em projetos que fossem concluídos. Segundo,

obras inacabadas colocam em risco a população. Por exemplo, estudei o caso da implementação do Plano Nacional de Saneamento do Peru. Entre 2005 e 2015, em média, a mortalidade infantil aumentou em 5%. Dez anos após o início dos projetos, onde havia obras incompletas, houve um incremento de até 20% na mortalidade infantil e de crianças até cinco anos.

Valor: Por quê?

Bancalari: Durante a implementação, há valas abertas que se enchem de água da chuva, tornando-se focos de infecção, e poços inacabados podem virar lixões. Isso faz com que aumente a mortalidade por doenças infecciosas, além de causar acidentes diretos relacionados à construção.

Valor: Como evitar esses problemas?

Bancalari: A parte de implementação é um grande desafio. Nos estudos de pré-investimento raramente se mencionam esses riscos. Avaliações medem o impacto no meio ambiente, mas é raro considerar o quanto a população será afetada durante as obras. É crucial considerar o custo social, que é muito elevado. Estar ciente do aumento da mortalidade leva a investir para mitigar este problema.

Valor: Quais são as principais razões para os problemas de implementação?

Bancalari: Uma delas é a falta de dinheiro, não necessariamente uma falta global de recursos, mas de verbas para um projeto específico, porque o dinheiro é destinado a outro. Quando a implementação é responsabilidade dos municípios, há a atomização dos investimentos em muitos pequenos projetos, levando a um vaivém de recursos entre um e outro. Há ainda a instabilidade nas dinâmicas políticas, nas preferências de alocação de recursos. Às vezes, projetos são deixados abertos de propósito pelos prefeitos para que sejam reeleitos e os concluem. Outro fator é a gestão das empresas privadas e concessões. Bancos como o Banco Mundial e o [Banco Interamericano de Desenvolvimento] BID deveriam exigir a conclusão de projetos iniciados antes de financiar novos.

Valor: Ainda assim, houve avanços.

Bancalari: Sim, a América Latina está progredindo. Por

exemplo, em vez de atomizar os projetos de maneira descentralizada, passou a privatizá-los como um cluster de projetos, que abrange vários municípios e considera as economias de escala.

Valor: No Brasil, o serviço de saneamento está a cargo dos municípios, mas a criação de clusters com a participação da iniciativa privada foi facilitada pelo novo marco regulatório. Entusiastas das concessões dizem que os investimentos privados podem dinamizar o setor. Os críticos temem que isso possa aumentar os custos aos mais pobres. O que indica a experiência internacional?

Bancalari: O modelo do Brasil é semelhante ao de outros países da América Latina. Sempre há trade-offs: investimentos privados podem melhorar o serviço, mas tarifas altas podem impactar negativamente os mais pobres. Após a conclusão do projeto, é preciso conectar os lares à infraestrutura pública, e com tarifas caras, os mais pobres não têm o que se chama de disposição para pagar. Esta disposição pode ser influenciada pela capacidade de pagar, ou preferência. Com água e esgoto, o custo é imediato, mas o benefício só é percebido mais tarde, fazendo com que as pessoas não priorizem essa questão. Há ainda os que não estão dispostos a se conectar ao sistema de esgoto e pagar as tarifas porque seus vizinhos não o fazem.

Valor: Como resolver?

Bancalari: O governo e o setor privado precisam de uma estratégia conjunta. Na Bolívia, onde participo de projetos com o BID, foram necessários subsídios para incentivar a conexão à rede de esgoto. Além de investimentos, é preciso ter campanhas de conscientização permanentes. Estudos mostram a importância do acompanhamento para que as pessoas evitem maus hábitos de higiene e paguem as tarifas.

Valor: O que pode ser feito nas áreas de ocupação irregular que têm acesso à água de modo informal?

Bancalari: Quem aluga terras irregularmente não quer se conectar ao sistema de esgoto se isso aumentar o aluguel, e há ainda o espaço físico limitado. Uma solução temporária vista na Índia é a construção de banheiros comunitários, que funcionam até que sejam construídos lares adequados com banheiro privado, e ainda proporcionam economia circular, gerando biogás para a comunidade.

Valor: Qual é o papel do Estado?

Bancalari: Deve subsidiar os mais pobres, por exemplo, fornecendo transferências condicionadas para conexão ao sistema de esgoto e à água potável.

A segmentação é difícil, mas em locais como favelas, ela é possível de forma comunitária. Mesmo com investimento privado, o Estado deve fiscalizar para garantir que padrões sejam cumpridos, como o tratamento dos efluentes. Se o efluente não for tratado, os resíduos são despejados no mar e nos rios, contaminando a água. Um estudo na Índia mostra que, embora banheiros tenham sido construídos nas favelas, como os efluentes não são tratados, não há melhorias na saúde pública.

Valor. Faz sentido a dicotomia no debate sobre investimento público versus privado?

Bancalari: Não, temos experiências muito distintas. Na Argentina, estudos mostram que, com a privatização do acesso à água e saneamento, a mortalidade infantil caiu, e melhorou o acesso a [coleta e tratamento de] esgoto. Já na Colômbia, a privatização foi menos eficaz, com queda mais lenta na mortalidade. Isso depende do envolvimento do Estado e se cumpre seu papel regulador, exigindo serviços de qualidade. Os termos dos contratos são a chave [para bons resultados].

Valor: A relação entre rede de saneamento e saúde pública está comprovada, mas qual é a dimensão?

Bancalari: Estudos mostram a relação entre saneamento e saúde pública, produtividade e desempenho escolar. O Banco Mundial estima que o custo do saneamento inadequado pode chegar a 6,4% do PIB na Índia. É um caso extremo, mas sabemos que a água nas cidades latino-americanas é contaminada. Isso gera doenças que afetam principalmente crianças, prejudicam o desempenho escolar, e afetam os pais, que precisam cuidar delas. Isso afeta a produtividade. É uma sorte nascer onde banheiro e água potável são garantidos, algo que o Banco Mundial estima que 3,5 bilhões de pessoas [no mundo] não têm.

Valor: Com a realidade das mudanças climáticas, qual o possível impacto delas sobre os recursos hídricos?

Bancalari: Ainda não foram realizados muitos estudos que relacionem os impactos das mudanças climáticas com o saneamento básico.

"Se fala em bilhões, mas não sobre como usar o dinheiro de forma eficaz"

"O Estado deve fiscalizar para garantir que padrões sejam cumpridos"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187971>

Dólar salta para R\$ 5,62 e Bolsa perde valor

São Paulo - O dólar subiu mais de 1% somente no pregão de ontem e voltou a fechar acima do nível "técnico e psicológico" de R\$ 5,60 pela primeira vez em mais de 20 dias. A divisa encerrou a sessão valendo R\$ 5,6231, alta de 1,22%. O principal indutor da elevação do dólar no mercado doméstico foi a onda de valorização no exterior após indicadores positivos nos Estados Unidos, entre estes o Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo trimestre e a queda nos pedidos de auxílio-desemprego. Os dados esfriaram apostas em corte mais agressivo de juros a ser feito em setembro pelo Federal Reserve, o "banco central" americano.

O real, que vinha exibindo desempenho superior ao dos pares, mostrou as piores perdas entre divisas emergentes e de países exportadores de commodities.

Na Bolsa houve recuo de 0,95% e giro de R\$ 20,66 bilhões.

Também contribuíram para jogar a cotação da moeda americana para cima fatores técnicos de fim de mês, como a preparação para a disputa hoje pela formação da última taxa ptax de agosto. Operadores citaram ainda certa cautela em razão da espera por novos sinais sobre a condução da política monetária brasileira, depois da indicação de Gabriel Galípolo à presidência do Banco Central (BC).

Atualmente Galípolo é o diretor de Política Monetária do BC.

No exterior o Departamento de Comércio dos Estados Unidos informou que o **PIB** do país subiu a um ritmo anualizado de 3% no segundo trimestre, de acordo com a segunda leitura, superando expectativas que eram de 2,8%. Os pedidos de auxílio-desemprego dos americanos caíram para 231 mil enquanto analistas previam baixa para 232 mil. Para o economista André Galhardo, consultor da plataforma de transferências internacionais Remessa Online, os números sugerem que a atividade econômica permanece acima do nível desejado pelo Federal Reserve.

"O câmbio reflete o impacto de uma postura cautelosa do Fed no início de cortes de juros", enfatizou Galhardo, para quem o desempenho da economia americana reduz a probabilidade de cortar 50 pontos-base em setembro.

Também ontem o preço do petróleo subiu impulsionado por uma queda de produção na Líbia

para menos da metade do volume normal em meio a uma crise política no país. As notícias sobre o crescimento nos Estados Unidos igualmente impulsionaram os preços para cima. Em Londres o Brent do mar do Norte para entrega em outubro mostrou alta de 1,64%, atingindo 79,94 dólares. Em Nova Iorque o barril do West Texas Intermediate (WTI) para a mesma data avançou 1,86%, chegando a 75,91 dólares.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11189>

Mercado de olho no BC

O economista Gabriel Galípolo escolhido por Lula para ser o futuro presidente do Banco Central, após o fim do mandato de Roberto Campos Neto, terá grandes desafios pela frente. Dentre eles, precisará recuperar a confiança do mercado em relação à autonomia da instituição sob a sua gestão.

A principal missão do Banco Central é preservar o valor da moeda e manter a **inflação** dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), atualmente de 3%, com limite superior de 4,5%. A autonomia da instituição foi conquistada em 2021, e o primeiro mandato de um presidente nesse novo regime termina em dezembro deste ano. (Correio Braziliense)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/08/mercado-de-olho-no-bc.html>

IGP-M avança em 0,29%

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), que geralmente serve como base para reajustes nos contratos de aluguel de imóveis, subiu 0,29% em agosto. Apesar da alta, a taxa representa desaceleração na comparação com o mês anterior, quando foi registrado avanço de 0,61%.

O resultado foi divulgado ontem pela Fundação Getulio Vargas. Nos últimos 12 meses, o índice acumula crescimento de 4,26%. Considerando a evolução desde janeiro de 2024, houve aumento de 2%.

Em agosto do ano passado, o IGP-M vivia cenário distinto e registrou deflação de 0,14%, ou seja, **inflação** negativa. Naquela época, o índice acumulava queda de 7,2% nos últimos 12 meses. Calculado pela FGV, o IGP-M busca medir a **inflação**. No entanto, tem metodologia diferente do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). (Agência Brasil)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/08/igp-m-avanca-em-0-29.html>

Dólar registra a 4ª alta seguida

São Paulo - O dólar à vista emplacou ontem a quarta sessão consecutiva de alta no Brasil, encerrando novamente acima de R\$ 5,60, em sintonia com o avanço da moeda norte-americana no exterior. O movimento ocorreu após dados da economia dos EUA sugerirem que o Federal Reserve aplicará um corte de 25 pontos-base nos juros em setembro, e não de 50 pontos-base.

O dólar à vista fechou em alta de 1,19%, cotado a R\$ 5,6227. Nos últimos quatro dias a divisa acumulou elevação de 2,61%. Em agosto, porém, ainda contabiliza baixa de R\$ 0,59%.

A moeda norte-americana subiu ante o real durante praticamente todo o dia, dando continuidade ao movimento mais recente e com as cotações refletindo também o avanço da divisa dos EUA no exterior.

O Departamento do Comércio dos Estados Unidos informou que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do país subiu a uma taxa anualizada de 3,0% no segundo trimestre, conforme a segunda estimativa para o indicador. O resultado representa uma revisão para cima ante a taxa de 2,8% registrada no mês passado. Economistas consultados pela Reuters não esperavam revisão.

Além disso, o Departamento do Trabalho norte-americano informou que os pedidos iniciais de auxílio-desemprego nos EUA caíram 2.000, para 231.000, com ajuste sazonal, na semana encerrada em 24 de agosto. Economistas consultados pela Reuters previam 232.000 pedidos.

Os dois dados - **PIB** e auxílio-desemprego - apontaram para uma economia ainda aquecida, o que deu força aos rendimentos dos Treasuries, com investidores reduzindo as apostas de corte de 50 pontos-base dos juros nos EUA em setembro. O dólar acompanhou, sustentando altas ante as moedas fortes e em relação a boa parte das divisas de emergentes.

"Os dados dos EUA induziram a ideia de que o primeiro corte de juros do Fed será de 25 pontos-base, e não de 50. Então o investidor estrangeiro também compra dólar e volta para os EUA", comentou o diretor da Correparti Corretora, Jefferson Rugik. "A diferença aqui é que quando o dólar cai, ele cai mais do que em outras praças. Quando sobe, ele também sobe mais", acrescentou.

Bolsa - O Ibovespa fechou ontem em queda, refletindo

movimentos de realização de lucros após renovar máximas recentemente, mas ainda pode fechar agosto com o melhor desempenho mensal desde novembro do ano passado.

O penúltimo pregão da semana e do mês também foi marcado por um tombo de 24% % das ações da Azul, que tocou mínimas históricas, em meio a preocupações com eventuais opções da companhia aérea para lidar com suas dívidas.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa caiu 0,95%, a 136.041,35 pontos, tendo marcado 135.857,81 pontos na mínima e 137.370,36 pontos na máxima da sessão.

O volume financeiro somou bilhões de reais.

O viés negativo na bolsa nesta sessão ocorre após o Ibovespa renovar máximas históricas "Os dados dos EUA induziram a ideia de que o primeiro corte de juros do Fed será de 25 pontos-base e não de 50. Então, o investidor volta para os EUA" Jefferson Rugik na véspera, chegando a 137.469,26 pontos no topo intradia, com o rali recente amparado principalmente na perspectiva de queda do juro norte-americano.

Apostas de que o Federal Reserve comece a afrouxar sua política monetária já no próximo mês estimularam o fluxo do capital externo para as ações brasileiras. Com tal suporte, o Ibovespa acumula em agosto um ganho de 6,57%, a maior alta percentual mensal desde novembro do ano passado, quando subiu 12,54%.

"O Ibovespa (refletiu investidores) realizando lucros, com a chegada do final de agosto e recordes recentes", afirmou o analista Régis Chinchila, da corretora Terra Investimentos.

Para ele, o aumento nas taxas futuras de juros e o avanço do dólar ante o real nesta sessão, influenciados pela "incerteza sobre as políticas monetária e fiscal no Brasil", endossaram a correção de baixa no pregão. (Reuters) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>